



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

TIAGO MARQUES SAMPAIO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB:
AVALIAÇÃO DO PMCMV ATRAVÉS DA ANÁLISE DO RESIDENCIAL VILA
NOVA DA RAINHA**

CAMPINA GRANDE-PB
OUTUBRO DE 2016

TIAGO MARQUES SAMPAIO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB:
AVALIAÇÃO DO PMCMV ATRAVÉS DA ANÁLISE DO RESIDENCIAL VILA
NOVA DA RAINHA**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

Monografia apresentada à comissão examinadora da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

**CAMPINA GRANDE-PB
OUTUBRO DE 2016**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S192p

Sampaio, Tiago Marques.

A produção do espaço urbano na cidade de Campina Grande-PB: avaliação do PMCMV através da análise do Residencial Vila Nova da Rainha / Tiago Marques Sampaio. – Campina Grande, 2016.

73 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho".

Referências.

1. Habitação. 2. Condomínio. 3. Programa Minha Casa Minha Vida. I. Carvalho, Luiz Eugênio Pereira. II. Título.

CDU 911.3:314(043)




UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

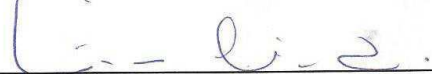
BANCA EXAMINADORA DE: TIAGO MARQUES SAMPAIO

TÍTULO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE:
AVALIAÇÃO DO PMCMV ATRAVÉS DA ANÁLISE DO RESIDENCIAL VILA
NOVA DA RAINHA

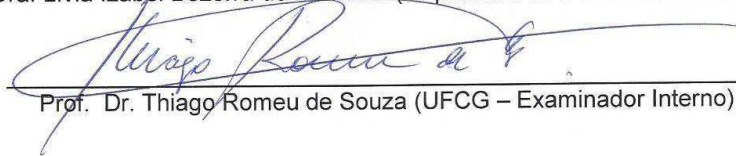
Campina Grande (PB), 05 de outubro de 2016.



Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCG - Orientador)



Prof.^a Dra. Livia Izabel Bezerra de Miranda (Arquitetura/UFCG - Examinadora Externa)



Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza (UFCG – Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o autor da vida, por ter me dado forças e sabedoria nos momentos em que eu mais precisei.

A minha família, principalmente a minha mãe Sandra, minha irmã Mariane e minha avó Marinete, por estarem ao meu lado e me apoiarem sempre.

Ao meu orientador, professor Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho, por toda paciência e dedicação, por ter contribuído não apenas na realização dessa pesquisa, mas também sendo exemplo de profissional e ser humano ao longo desses quatro anos de curso.

Aos amigos que a Geografia me presenteou, Isa, Luilton, Luís Pedro, Kátia, Ivna, Janicele, Aline, Virgínia, Lívia e Letícia, por terem me dado a oportunidade de compartilhar os meus problemas e transformado essa caminhada acadêmica menos árdua e mais gratificante.

Aos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino, Meio Ambiente e Cidade (GEMAC) pelos conhecimentos construídos ao longo dos últimos anos.

Aos professores da Unidade Acadêmica de Geografia, em especial os professores Sonia Lira, Sérgio Malta, Thiago Romeu, Janaina Barbosa, Lincoln Diniz, Sérgio Murilo, Débora Coelho, Kátia Ribeiro, Caline Mendes e Rebeca Aguiar, por terem contribuído no meu crescimento profissional, e também aos funcionários Simone e Marcelo.

E, por fim, agradeço aos moradores e funcionários do Residencial Vila Nova da Rainha II, por terem contribuído para a realização dessa pesquisa aceitando responder os questionários, e por todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

A habitação consiste em uma necessidade básica do ser humano e um direito reconhecido por documentos nacionais e internacionais. Por sua vez, uma parcela significativa da população de muitos municípios não tem esse direito assegurado devido às características do sistema capitalista e, embora muitos programas habitacionais tenham sido criados, esse problema ainda não foi resolvido no Brasil. Nesse sentido, essa pesquisa busca avaliar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Campina Grande através da análise do Residencial Vila Nova da Rainha II. Como procedimento metodológico partimos de uma pesquisa bibliográfica. Em seguida, realizamos uma análise na escala municipal através de algumas categorias de análise propostas por Shimbo (2015) e aplicamos questionários baseados no referencial metodológico desenvolvido por Rolnik et al. (2015). Por fim, sistematizamos os dados obtidos e elaboramos mapas temáticos. Ao término da pesquisa constatamos que o Residencial Vila Nova da Rainha II está em consonância com algumas orientações internacionais, mas também reproduz alguns problemas que são encontrados em diversos empreendimentos do PMCMV em outros municípios. Por essa razão, esperamos que esse trabalho oportunize novas reflexões acerca da importância da efetivação do direito à moradia adequada.

Palavras-Chave: Habitação; Condomínio; Programa Minha Casa Minha Vida

ABSTRACT

The housing consists of a basic human need and a right recognized by national and international documents. In turn, a significant portion of the population of many municipalities do not have this right guaranteed due to the characteristics of the capitalist system and although many housing programs have been created, this problem has not been solved in Brazil. In this sense, this research aims to assess the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) in the city of Campina Grande through the Residencial Vila Nova da Rainha II analysis. As methodological procedure started from a literature search. Next, we performed an analysis on the municipal level through some categories of analysis proposed by Shimbo (2015) and applied questionnaires based on the methodological framework developed by Rolnik et al. (2015). Finally, we systematized the data and prepare thematic maps. At the end of the survey found that the Residencial Vila Nova da Rainha II is in line with some international guidelines, but also plays some problems that are found in various projects of PMCMV in other municipalities. For this reason, we hope that this work oportunize new reflections about the importance of ensuring the right to adequate housing.

Keywords: Housing; Condominium; Minha Casa Minha Vida Program

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Produção do espaço do Residencial Vila Nova da Rainha	19
Figura 2 a e 2 b: Residência no entorno do Residencial Vila Nova da Rainha II	20
Figura 3 a e 3 b: Residencial Major Veneziano / Vivant Club Residence	21
Figura 4: Localização do Residencial Vila Nova da Rainha II	37
Figura 5: Residencial Vila Nova da Rainha II.....	38
Figura 6: Posto de saúde	51
Figura 7: Poluição atmosférica da fábrica	53
Figura 8: Residencial Vila Nova da Rainha II.....	54
Figura 9: Área de lazer	55
Figura 10 a e 10 b: Quadra e salão de festas	56
Figura 11 a e 11 b: Exemplos de grades no condomínio.....	57
Figura 12 a e 12 b: Calçadas adaptadas para pessoas com necessidades especiais.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipos de família.....	43
Gráfico 2: Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas.....	44
Gráfico 3: Local de trabalho dos moradores entrevistados	49
Gráfico 4: Existência de serviços próximos ao condomínio	50
Gráfico 5: Utilização dos serviços (do universo que respondeu que existe).....	51
Gráfico 6: Existência dos serviços próximos ao condomínio.....	52
Gráfico 7: Utilização dos serviços (do universo que respondeu que existe).....	53
Gráfico 8: Perfil dos trabalhadores	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Problemas identificados pelos moradores	46
Tabela 2: Comparação da infraestrutura básica em relação à moradia anterior	47
Tabela 3: Comparação do acesso aos serviços após a mudança.....	48
Tabela 4: Comparação dos gastos	59

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição espacial dos empreendimentos	40
Mapa 2: Localização dos empreendimentos versus mancha urbanizada	42
Mapa 3: Localização dos empreendimentos do PMCMV versus zonas com restrições ambientais estabelecidas pela legislação municipal	43
Mapa 4: Origem das famílias entrevistadas.....	45

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Relação dos empreendimentos do PMCMV de acordo com a faixa de atendimento, porte e construtora.	41
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DA MORADIA NO BRASIL.....	17
1.1 A moradia e o direito à cidade no processo de produção do espaço urbano ...	18
1.2 A moradia enquanto direito e mercadoria.....	23
1.3 Breve resgate histórico sobre as políticas nacionais de habitação	27
CAPÍTULO II	
PERCURSOS METODOLÓGICOS	34
2.1 Análise da escala municipal.....	35
2.2 Análise do empreendimento	36
2.3 O Residencial Vila Nova da Rainha II.....	37
CAPÍTULO III	
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	39
3.1 Escala municipal	40
3.2 Escala do empreendimento	43
3.2.1 Habitabilidade	45
3.2.2 Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos	47
3.2.3 Localização adequada	48
3.2.4 Adequação cultural.....	54
3.2.5 Segurança da posse.....	56
3.2.6 Custo acessível	57
3.2.7 Acessibilidade	60
4. CONSIDERAÇÕES FINAS	62
5. REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	68

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a primeira metade do século XX, o Estado promoveu políticas habitacionais buscando criar mecanismos de acesso ao produto “casa própria” para a população. Com a alternância dos representantes do poder público ao longo dos anos, diversos programas habitacionais foram criados.

No âmbito federal, por exemplo, a cada novo mandato presidencial surgiu novas políticas na mesma medida em que se extinguíam programas habitacionais de governos anteriores, como aponta Bonates (2009, p.9). Entretanto, nenhum programa conseguiu resolver completamente os problemas de moradia no país, pois essas políticas não realizaram transformações estruturais.

Presente em muitos municípios brasileiros, principalmente na zona urbana, o problema de moradia é complexo e contribui para a formação de um cenário de segregação residencial em muitas cidades do país. Dentre os fatores que geram a segregação residencial Souza (2010, p. 83) destaca a questão da pobreza e a intervenção do Estado, dentre outros fatores.

No entanto, embora a intervenção seletiva do poder público tenham contribuído para o agravamento da segregação residencial, nas últimas décadas alguns programas governamentais conseguiram efetivar o acesso à moradia para uma parcela significativa da população. Dentre os principais programas, destaca-se atualmente o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que é promovido pelo governo federal em parceria com alguns governos estaduais e municipais.

Nesse sentido, essa pesquisa busca avaliar o PMCMV no município de Campina Grande – PB através da análise do Residencial Vila Nova Da Rainha, localizado no bairro de Bodocongó. Para a realização dessa pesquisa definimos três objetivos específicos: analisar a distribuição geográfica dos empreendimentos do PMCMV no município de Campina Grande-PB; avaliar a inserção urbana do PMCMV em Campina Grande, através da análise do Residencial Vila Nova da Rainha II e verificar se o Residencial Vila Nova da Rainha II atende as orientações internacionais estabelecidas para a efetivação do direito à moradia adequada.

O fator que inicial que motivou a realização desse trabalho foi a importância da habitação para a sociedade, fato que repercutiu nos últimos anos na produção bibliográfica sobre essa temática, que tem aumentado significativamente. O segundo fator que motivou essa pesquisa foi a construção de vários empreendimentos de médio e grande porte do PMCMV em Campina Grande nos últimos anos, o que vem proporcionando mudanças materiais e imateriais no espaço urbano campinense e, conseqüentemente, alterando a vida dos que ali passaram a morar.

Nesse sentido, optamos por analisar o Residencial Vila Nova da Rainha II por ser um dos empreendimentos que corresponde a faixa 1 do PMCMV, que é a faixa destinada para as famílias com as menores rendas, e devido ao fato dele ter sido construído em um local com uma boa oferta de bens e serviços, o que não ocorre com todos os condomínios do referido programa.

Esse trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo consiste na fundamentação teórica e está dividido em três partes. Na primeira discutimos o processo de produção do espaço urbano, focando no âmbito da habitação e do direito à cidade. Na segunda parte reunimos algumas reflexões acerca da moradia enquanto direito, reconhecido por documentos nacionais e internacionais, e também a moradia enquanto mercadoria apropriada pelo sistema capitalista. A terceira consiste em um breve resgate histórico sobre as políticas nacionais de habitação, focando nos avanços e retrocessos promovidos pelo PMCMV.

O segundo capítulo mostra os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Para analisar a distribuição geográfica dos empreendimentos do PMCMV no município de Campina Grande-PB utilizamos algumas categorias de análise propostas por Shimbo (2015) e para avaliar a inserção urbana do Residencial Vila Nova Da Rainha II e verificar se ele atende as orientações internacionais estabelecidas para a efetivação do direito à moradia adequada utilizamos a metodologia utilizada por Rolnik et al. (2015) que é baseada na aplicação de questionários baseados nos critérios de análise estabelecidos pelo Congresso Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) para a efetivação do direito à moradia adequada.

Por fim, o terceiro capítulo consiste nos resultados e discussões obtidos através da realização da pesquisa. Nessa etapa, trazemos a análise da distribuição geográfica dos empreendimentos e dos dados coletados com a aplicação dos questionários. Ao término da pesquisa, percebemos que o Residencial Vila Nova da Rainha II atende alguns critérios que são estabelecidos pela ONU, mas também reproduz alguns problemas que são encontrados em diversos empreendimentos do PMCMV de outros municípios.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DA MORADIA NO BRASIL

*“É inconcebível que um espaço que tenha sido
alvo de valorização pelo trabalho possa deixar
de estar territorializado por alguém”.*

(SOUZA, 1995, p. 96)

1.1 A moradia e o direito à cidade no processo de produção do espaço urbano

Após muitos anos, o tema da habitação voltou a ganhar centralidade na agenda política em diversos países da América Latina em meados dos anos 2000, sendo que, a expressão mais contundente dessa centralidade se deu através de programas de construção de conjuntos habitacionais subsidiados com recursos públicos, além da multiplicação de ações de urbanização em favelas e de programas de regularização fundiária e urbanística (CARDOSO, 2016, p. 9).

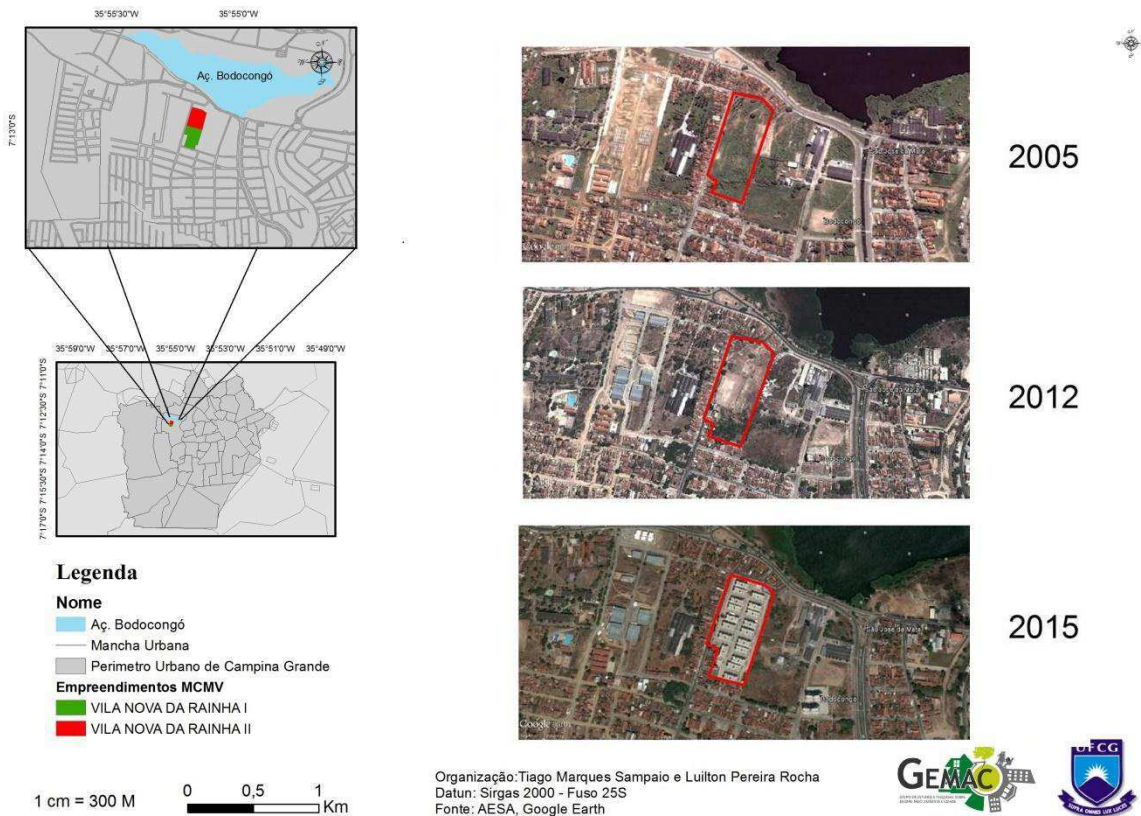
No caso específico do Brasil, a questão habitacional se tornou mais discutida em escala nacional após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, como aponta Amore (2015), depois de dezessete anos da extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi sucedida por um período no qual “a política urbana e habitacional se pulverizou pelos estados e municípios” (AMORE, 2015, p. 11).

Nesse contexto, o governo federal promoveu uma estratégia de coordenação de interesses, considerando as reivindicações dos movimentos sociais de moradia e as negociações do setor produtivo, coalizações com interesses historicamente opostos (KLINTOWITZ, 2016). Dessa forma, o governo passou a fomentar estratégias para atender os interesses dos dois setores (KLINTOWITZ, 2015, apud KLINTOWITZ, 2016) articulando a participação dos atores responsáveis pela produção de moradias no âmbito da política nacional de habitação. Em suma, o Estado voltou a exercer um papel central na produção de moradias, passando a interferir mais no processo de produção e transformação do espaço geográfico, principalmente do espaço urbano.

O espaço pode ser definido, de acordo com Santos (2009, p. 63), como “o conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Além disso, o espaço pode ser compreendido como “um produto social em permanente transformação” (SANTOS, 2008, p. 67).

O espaço geográfico no qual o Residencial Vila Nova da Rainha está localizado, por exemplo, vem passando por modificações nos últimos anos, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Produção do espaço do Residencial Vila Nova da Rainha



Através das imagens de satélite é possível perceber que algumas mudanças se intensificaram nesse espaço nos últimos cinco anos. Santos (1979) ressalta a importância da dimensão temporal no estudo da organização do espaço ao afirmar que:

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, pp. 42-43).

Além disso, Santos (2008) afirma que para compreendermos o espaço, precisamos apreender sua relação com a sociedade, pois ela dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, que são elementos considerados fundamentais para a compreensão da produção do espaço e dos fenômenos espaciais em sua totalidade. O autor denomina esses elementos de categorias do método geográfico que, ao explica-las, afirma que:

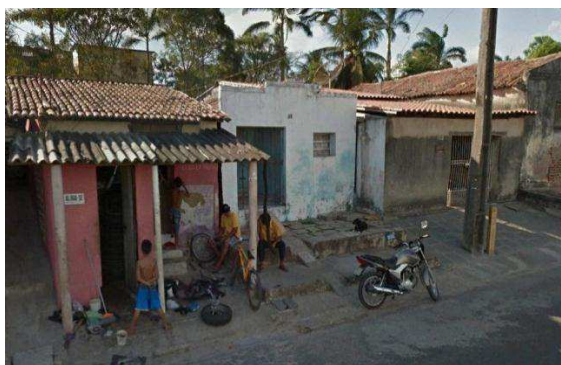
“Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo.

Função, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o mundo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. (SANTOS, 2008, p. 69)

Essa contribuição de Santos pode ser representada nas figuras 1 e 2, que mostram que as ações humanas ao longo dos anos promoveram intensas modificações na forma e na função do espaço geográfico devido à construção do Residencial Vila Nova da Rainha. Ademais, durante a pesquisa foi possível perceber que nesse espaço do condomínio a função atribuída aos empreendimentos construídos é basicamente relacionada à moradia, além da quadra e do salão de festas, não sendo identificados espaços que exerçam outras funções, como áreas de lazer, como praças e parques, e comércio, que de acordo com alguns moradores, é proibido no condomínio.

Essa conjuntura, além de poder comprometer as condições de vida das pessoas que moram nesse empreendimento, contribuiu para o surgimento de alguns estabelecimentos comerciais no entorno e, conseqüentemente, favoreceu algumas mudanças espaciais, como pode ser observado nas imagens 2 a, que foi feita antes da construção do condomínio, e 2 b.

Figura 2 a e 2 b: Residência no entorno do Residencial Vila Nova da Rainha II



Fonte: Google Earth, 2011



Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

Entretanto, os estabelecimentos comerciais existentes no bairro não são suficientes para atender as necessidades de todos os moradores do Residencial Vila Nova da Rainha II. Por essa razão, muitos moradores precisam se deslocar para outros bairros do município para utilizar o comércio, como será discutido no terceiro capítulo.

Essa realidade se repete em muitas cidades, devido às características do espaço urbano que é, segundo Corrêa (1995a, p. 8), um espaço “fortemente dividido em áreas

residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes”. Por causa disso, o espaço urbano pode ser definido como um espaço “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta” (CORRÊA 1995a, p. 9). Essa realidade se materializa no espaço de diferentes formas, como pode ser observado nas figuras 3 a e 3 b:

Figura 3 a e 3 b: Residencial Major Veneziano / Vivant Club Residence



Fonte: <http://photobucket.com> (2015)



<http://pb.mgfimoveis.com.br> (2015)

As duas imagens são de condomínios verticais urbanos e ambos estão localizados no município de Campina Grande- PB, sendo que o Residencial Major Veneziano está localizado no Bairro das Cidades, enquanto que Vivant Club Residence está localizado no bairro do Catolé. Por sua vez, é notório que esses empreendimentos foram construídos a partir de interesses diferentes, buscando atender públicos distintos.

Segundo Corrêa (2011, p. 43) a produção do espaço urbano é “conseqüência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

De acordo com o autor, os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir da ação desses agentes o espaço é produzido impregnado de materialidades, como as ruas dos centros urbanos, e também pleno de significados diversos (CORRÊA, 2011).

Os dois empreendimentos são resultado da ação desses agentes e são exemplos do que Corrêa (1995b) denomina de “seletividade espacial” e “reprodução da região

produtora”. A primeira prática espacial¹ considera que, no processo de organização do espaço, o homem age seletivamente, decidindo sobre um determinado lugar de acordo com os atributos presentes nele e com os projetos estabelecidos. A segunda consiste em práticas espacialmente localizadas, efetivadas pelo Estado ou por grandes e complexas corporações, que viabilizam a reprodução das condições de produção, no processo de valorização produtiva do espaço, constituindo em “ingredientes da gestão do território” (CORRÊA, 1995b, p. 42).

Todavia, enquanto que o Residencial Major Veneziano foi realizado em uma área de expansão do tecido urbano com pouca infra-estrutura a partir de uma política habitacional promovida pelo Estado, e que ela, em parte, favoreceu as reivindicações dos grupos sociais excluídos, o Vivant Club Residence foi construído em uma região que é mais valorizada devido à oferta de bens e serviços existente no local. Essa dicotomia é um exemplo da segregação residencial e da divisão social em classes que existe em Campina Grande- PB, e corrobora com a compreensão do espaço urbano como um conjunto de “campos de luta”.

Nesse cenário, o urbano pode ser compreendido, segundo Santos (1997) como o “o abstrato, o geral, o externo” enquanto que a cidade é “o particular, o concreto, o interno.” (SANTOS, 1997, p. 69). Dessa maneira, entendemos que é no espaço urbano que a cidade está inserida, como ressalta Corrêa (1995a). No entanto, “o sentido do urbano transcende a cidade, sem, todavia, deixar de englobá-la” (RUPPENTHAL, 2014, p. 36).

Por essas razões, a cidade pode ser considerada como a projeção da sociedade no espaço, como ressalta Castells (2009). Segundo Park (1967, p. 3) a cidade é:

(...) a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma idéia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo.

Nesse sentido compreendemos, a partir das contribuições de Harvey (2013), que as pessoas, individual e coletivamente, fazem a cidade através de suas ações diárias e de seus engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Portanto, “todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos” (HARVEY, 2013, p.31).

¹ Segundo Corrêa (1995b, p. 35) as práticas espaciais “são meios efetivos dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”.

Contudo, muitas vezes os elementos presentes nas cidades não favorecem uma boa qualidade de vida para uma parcela significativa da população devido, em parte, à fragmentação do espaço urbano, como ressaltado Corrêa (1995a). Assim sendo, surge a importância da busca pela efetivação do *direito à cidade*.

Segundo Lefebvre (2010) o *direito à cidade* “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais”, pois ele “só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2010). Nesse sentido, entendemos que o direito a cidade vai além do acesso ao espaço urbano, consistindo em uma conjuntura na qual as pessoas que vivenciam a cidade tenham os seus direitos assegurados, o que muitas vezes não ocorre.

Sendo assim, concordamos com o posicionamento de Harvey (2013) ao afirmar que o direito à cidade não é um presente e que ele deve ser conquistado através do movimento político. Para o autor é necessário à realização da luta pelo direito à cidade, pois “a liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada” (HARVEY, 2013, p.34).

Para ser efetivado, o direito à cidade depende da conquista de outros direitos, como o direito à moradia digna, que é um “direito básico de cidadania e condição essencial para a sobrevivência no meio urbano” (CARDOSO, 2011). O direito à cidade significa que todos tenham acesso à habitação e a todos os serviços relacionados à vida urbana e necessários ao bem-estar coletivo, pois a reprodução social na cidade depende, primeiramente, do acesso à terra urbana e à habitação (SANTOS JUNIOR, 2011). O direito à habitação, que será debatido no próximo item, é, portanto, um dos elementos essenciais para que o direito à cidade seja garantido.

1.2 A moradia enquanto direito e mercadoria

A habitação é considerada, segundo as concepções de Valença (2003, p. 167), uma necessidade básica, “fundamental à vivência e à convivência humana”. No âmbito constitucional, o direito a moradia adequada é reconhecido na esfera nacional e internacional. No contexto internacional, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, a habitação passou a ser considerada um direito universal do homem, conforme o item I do art. XXV da referida declaração:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Esse dispositivo repercutiu em vários tratados e documentos internacionais, contribuindo para que o direito à moradia passasse a ser reconhecido em diversos países, como ressalta Gonçalves (2013). Entretanto, muitos direitos dessa declaração ainda não foram efetivados para grande parte da população mundial, mesmo quase setenta anos após a sua criação. Em relação à moradia, por exemplo, muitas pessoas ainda vivem em condições precárias, como em Campina Grande- PB, que possui 18 aglomerados subnormais² nos quais vivem 29.039 pessoas (IBGE, 2011).

Um dos documentos influenciados pela declaração acima citada é o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado no Brasil através do Decreto 591, de 06/07/1992 que, no artigo 11, reconhece o direito de toda pessoa à moradia adequada ao afirmar que:

Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

Nessa perspectiva compreendemos que, além de reconhecer esse direito, o poder público se compromete, através desse artigo, em buscar a sua efetivação a partir dos mecanismos adequados.

Em nível nacional podemos citar a Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade que, segundo Santos Jr e Montandon (2011, apud MOREIRA e RIBEIRO, 2016, p. 16), instituíram um importante marco para a política urbana, reconhecendo o direito e à cidade e à moradia como princípios sociais fundamentais, além de estabelecer novos mecanismos e instrumentos urbanísticos para planejar o desenvolvimento das cidades, “objetivando viabilizar os direitos referidos e criar canais de participação que pudessem mediar as relações e decisões estabelecidas entre o Estado e os agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano”.

² De acordo com o IBGE, aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública.

Segundo Bonates (2009), além da habitação como uma necessidade básica do ser humano, as discussões teóricas apontam que ela também é uma mercadoria inserida na lógica capitalista de produção. Nesse sentido, percebemos que a concepção da moradia enquanto mercadoria surge devido à influência dos setores políticos e econômicos na produção do espaço. Segundo Carlos (2011, p.60) “a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda produção em mercadoria”. Ademais, a autora ressalta que atualmente a produção do espaço é fundamentada em uma contradição ao afirmar que:

Essa produção, como definidora da sociedade, realiza-se socialmente – criação da totalidade da sociedade –, mas sua apropriação é privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzimos socialmente, realiza-se, predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso. (CARLOS, 2011, p.60)

Assim sendo, concordamos com o posicionamento de Bonates (2009, p. 13) ao afirmar que o processo de produção da moradia enquanto mercadoria possui várias particularidades que diferenciam a habitação das demais mercadorias, como a relação com o espaço urbano e a complexidade da produção habitacional.

Para a autora a produção habitacional exige uma grande quantidade de insumos, como também de agentes, e demanda um prolongado tempo de produção. “Essas particularidades influenciam diretamente no alto preço da mercadoria moradia, o que impossibilita que grande parcela da população tenha acesso a esse bem, sendo portanto, necessária a intervenção estatal no processo de produção habitacional” (BONATES 2009, p. 13).

Contudo, devido às características do sistema econômico, em muitos casos a ação estatal não prioriza o direito à moradia às pessoas mais desfavorecidas. Ao analisar como a burguesia busca resolver a questão de moradia, Engels (2015, p. 99) afirma que:

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora individualmente o capitalista lamente a escassez de moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular mesmo que superficialmente suas conseqüências mais terríveis, e o capitalismo global, o Estado, também não fará mais do que isso. Quando muito, tomará providências para que o grau de dissimulação superficial que se tornou usual seja aplicado em toda parte do mesmo modo. Vimos que é exatamente isso que ocorre.

Assim sendo, para que a questão de moradia seja resolvida, é necessário o surgimento de iniciativas que busquem romper com a lógica capitalista que favorece os lucros dos grandes empresários em detrimentos das questões sociais e ambientais.

De acordo com Souza (2003, p. 94), em uma sociedade capitalista, principalmente em um país periférico ou semiperiférico, a riqueza material e cultural gerada é apropriada muito seletivamente. Por causa disso, se formou em muitos países uma conjuntura de desigualdade social que repercute em diversos setores da sociedade, inclusive na questão habitacional que, em muitas cidades, é marcada por um cenário de pobreza e segregação social.

Engels, ao analisar o problema da moradia e dos bairros operários sobe a ótica do socialismo e da teoria marxista, mostra as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora alemã e européia, que passou a abrigar em bairros periféricos e sem infra-estrutura básica devido à modernização dos centros urbanos, que ocorreu em vários países europeus durante o século XIX, e forçou os operários que viviam nesses centros para locais mais distantes (BARBOSA, 2012).

Nesse contexto, ao discutir as possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas acerca da questão habitacional, Engels mostra que o problema da época não é a falta de moradia, mas a sua distribuição, ao afirmar que “já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de uma utilização racional, toda a real ‘escassez de moradia’” (ENGELS, 2015, p. 56).

Embora a crítica de Engels seja referente à formação de aglomerados urbanos e a “escassez de moradia” na Europa durante o século XIX, ela permanece atual ao apontar as origens e a organização desse problema, que ainda hoje atinge uma parcela significativa da população brasileira, principalmente às pessoas mais desfavorecidas. “O texto ainda permanece atual, pois os problemas estruturantes que pairam sobre a população ainda são consequências das formas de exploração criadas ao longo dos anos pela sociedade capitalista” (BARBOSA, 2012).

Embora nas últimas décadas diversos programas habitacionais tenham sido realizados no Brasil na esfera federal, como será mostrado no próximo subitem, além dos programas desenvolvidos nas escalas estaduais, municipais, e pela iniciativa privada, o problema de moradia no país ainda não foi resolvido, pois as estratégias adotadas não

promoveram mudanças estruturais³ e favoreceram a perspectiva da moradia como mercadoria, deixando o direito a habitação em segundo plano.

1.3 Breve resgate histórico sobre as políticas nacionais de habitação

Conforme foi mencionado, o Estado exerce grande influência no processo de produção do espaço geográfico. Por sua vez, as estratégias adotadas pelos sucessivos governos federais mudaram ao longo dos anos e repercutiram nas diversas esferas sociais, inclusive na questão habitacional.

De modo geral a literatura aponta dois modelos principais de intervenção do Estado. O primeiro é o modelo keynesiano, de Bem-Estar-Social, conhecido também como Estado desenvolvimentista. É caracterizado pela forte intervenção do Estado na economia do país e vigorou no Brasil entre a década de 1930 e o final da década de 1980 (BONATES, 2009).

Com a crise desse modelo, seguida por uma crise do sistema fordista e uma crise econômica generalizada, foi introduzido no Brasil, assim como em outros países, determinações de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, resultando em uma profunda reestruturação econômica através da adoção dos paradigmas do neoliberalismo, que é caracterizado pela ideologia do Estado Mínimo e constitui o segundo modelo de intervenção (BONATES, 2009).

No período desenvolvimentista basicamente duas instituições tiveram repercussão nacional no âmbito da produção estatal de moradias: a Fundação Casa Popular (FCP) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo Lima (2010) as políticas públicas destinadas à produção de casas populares tiveram início em 1945, com a criação da FCP, durante o governo Dutra (1945-1951), tendo como objetivo criar uma política nacional de habitação para a população de baixa renda. O autor ressalta a relevância e as contradições dessa instituição, ao afirmar que:

³ Conforme aponta Boulos (2015) atualmente no Brasil existem aproximadamente 5 milhões de imóveis ociosos e um déficit habitacional de cerca de 5,8 milhões de famílias, o que evidencia que na nossa sociedade não existe uma escassez de moradia e sim uma má distribuição, tendo em vista que atualmente a preocupação principal do setor habitacional é gerar lucro, assim como no contexto analisado por Engels, e não de atender as demandas sociais.

A constituição de uma política habitacional nacional ressaltou a dimensão da questão da moradia no Brasil nas décadas de 1940 a 1960, embora as ações da FCP não tenham sido capazes de solucionar esse problema. O fracasso dessa política foi atribuído ao clientelismo e à utilização das casas como moeda de troca nos pleitos eleitorais. Há ainda de se considerar em critérios políticos que foram aproveitados na definição dos locais onde as habitações seriam construídas. Outro agravante para o término da FCP foram os problemas burocráticos e os dividendos gerados com o pagamento das prestações dos mutuários. (LIMA, 2010, p. 45)

Com o fim do FCP, em 1964, foi criado, no mesmo ano, o BNH. Segundo Souza (2009, p.122):

Dos 4,5 milhões de moradias construídas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação, entre 1964-86, apenas 1,5 milhão (33%) destinou-se à população de baixa renda, sempre em conjuntos habitacionais localizados nas periferias urbanas, onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo, nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos.

Assim como o FCP, o BNH não resolveu a questão habitacional do país além de favorecer a fragmentação do tecido urbano. Na segunda metade da década de 1980, após o fim do BNH, em 1986, as funções da administração da política habitacional foram incorporadas à Caixa Econômica Federal (CEF) que passou a administrar os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, nesse contexto, o foco do financiamento deixou de ser a construção de casas para as populações pobres e se voltou para moradias destinadas para as pessoas que tinham renda a partir de três salários mínimos (LIMA, 2010). Nessa conjuntura, concomitantemente, o problema da falta de habitação aumentou, principalmente devido ao processo migratório aliado à redução do número de financiamentos habitacionais ocorrida no governo Sarney (BONATES, 2009).

Em seguida, no início da década de 1990, começa a se difundir no país os paradigmas da política neoliberal, como as privatizações, por exemplo. No âmbito habitacional, se fortaleceu os programas de financiamento de imóveis. Segundo Veiga:

Em 1990, o governo Collor criou um programa de moradia em caráter emergencial, o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), que se propôs financiar moradia para famílias de até 5 SMs. O governo Itamar Franco, em 1992, incentivou a criação de Fundos e Conselhos. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de 1995, implantou o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), com esquemas de capacitação de recursos que, na concessão de créditos, priorizavam o comprador, e não o agente promotor (VEIGA, 2009, p. 22).

Dessa maneira, a questão habitacional passa a ser menos valorizada em relação ao período desenvolvimentista, não havendo nenhum programa nos moldes do BNH. A

produção de casas pelo poder público passou a ser fomentada basicamente pelos governos estaduais e municipais, como ressalta Amore (2015), e sendo deixada em segundo plano pelos sucessivos governos federais.

Todavia, com o início do governo Lula, a discussão acerca da falta de moradia ganha mais centralidade em nível nacional. Entre os exemplos mais expressivos desse fato que são destacados nas discussões teóricas, podemos citar a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Segundo Cardoso:

A política habitacional brasileira, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), passou por longo período sem dispor de aparato institucional e de recursos consolidados que possibilitassem ações contínuas e integradas. A partir de 2003, foi observado um processo de construção da política nacional habitacional baseada nos princípios da participação popular, do planejamento e da integração das políticas urbanas. Durante este período foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social- SNHIS, que buscava criar fluxo de recursos para habitação e estruturar os mecanismos de gestão para a implantação de uma política habitacional sólida para o país. Contudo, em 2008, a crise econômica internacional influenciou nas decisões políticas e fez com que o governo instituisse o Programa Minha Casa Minha Vida, visando alavancar a economia através do setor da construção civil (CARDOSO, 2011, p. 01).

O PMCMV foi lançado em março de 2009 pelo governo federal com o objetivo de proporcionar o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Para serem contempladas pelo programa é exigido que a família não tenha casa própria ou financiamento em qualquer unidade da federação, ou não tenha recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal (BRASIL, 2013).

A partir da renda as famílias contempladas são distribuídas em três faixas de atendimento: faixa 1, para famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00; faixa 1,5, que oferece subsídios de até R\$ 45.000,00 para financiamento de imóveis de até R\$ 135.000,00 para famílias com renda até R\$ 2.350,00; faixa 2, voltada para famílias com renda mensal bruta entre R\$ 2.351,00 e 3.600,00; e faixa 3, que contempla famílias com renda mensal bruta entre R\$ 3.600,00 e R\$ 6.500,00 (BRASIL, 2016).

De acordo com o site do PMCMV, atualmente, após sete anos da criação do programa, mais de 4,2 milhões de unidades foram contratadas, o que corresponde a mais de 90% das unidades financiadas pelo BNH durante os 22 anos de existência. Dessas unidades, mais de 2,6 milhões já foram entregues.

Ademais, foram criadas modalidades diferentes do programa, como o MCMV Entidades, que permite que famílias organizadas de forma associativa produzam suas unidades habitacionais, e o MCMV Rural, que tem como objetivo subsidiar famílias para produção ou reforma de imóveis residenciais localizados em áreas rurais.

Entretanto, embora o PMCMV tenha proporcionado avanços, ele não é um instrumento para a promoção de mudanças estruturais na sociedade que são essenciais para que o problema da falta de moradia seja resolvido no país.

Segundo Klintowitz (2016) o governo federal colocou o problema da habitação nos termos propostos pelo setor imobiliário através do PMCMV, com o objetivo de socorrer o setor produtivo da construção civil e o mercado imobiliário, buscando também evitar o aprofundamento da crise do mercado. Nesse sentido, o referido programa favorece a reprodução da lógica capitalista da produção do espaço, o que também aconteceu com BNH.

Essa participação dos setores privados no PMCMV é criticada por autores como Moreira e Ribeiro (2016), tendo em vista que o programa é promovido pelo governo federal e que, por isso, deveria priorizar as necessidades das pessoas mais desfavorecidas. Nesse sentido, os autores afirmam que:

A expressiva disponibilização de recursos como dimensão estratégica para financiamento, subsídio e otimização da cadeia produtiva da construção civil em nível federal, ao mesmo tempo em que permite alcançar parcelas populacionais de menor renda, antes não atendidas, tem como foco ampliar a participação da iniciativa privada nos processos de produção. Com isso, aposta no equacionamento da problemática habitacional por meio de estruturas privadas de obtenção da terra para a política pública. Nessas estruturas, os lucros e os gastos fundiários têm peso significativo, o que coloca a terra urbana na linha de disputa de capitais, contrariando a dimensão estratégica de aplicação de uma política de solo que tenha como viés o controle social da apropriação da terra e a garantia de localizações que qualifiquem o acesso aos benefícios do processo formal de urbanização para a população de baixa renda. (MOREIRA e RIBEIRO, 2016, p. 27).

Nesse contexto as estratégias do PMCMV priorizam a perspectiva da moradia enquanto mercadoria. Rolnik et al. (2015) ressaltam que nos empreendimentos do programa existem famílias em vulnerabilidade extrema e que, dessa forma, o direito à moradia não pode ser adequadamente concretizado sem que sejam atendidos outros direitos fundamentais. Para os autores:

O acesso à moradia, nesses casos, é apenas uma das dimensões, e a adoção do modelo da propriedade privada individual requereria uma rede de proteção social permanente para esses grupos, que equacionasse a questão do emprego, da saúde etc. Em muitas situações, a propriedade individual e os ônus dela decorrentes não se apresentam como a melhor solução, e políticas de locação social, por exemplo, seriam alternativas viáveis. (ROLNIK et al. (2015, p. 415)

Dessa maneira, percebemos que o modelo de propriedade privada reproduzido pelo PMCMV, sem estratégias do poder público que favoreçam a ascensão social das famílias atendidas com menor poder aquisitivo, contribui para que as transformações sociais proporcionadas pelo programa sejam deixadas em segundo plano. Essa contradição do papel do Estado na produção do espaço urbano é ressaltada por Rodrigues (2007, p.74) ao afirmar que “num aparente paradoxo, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais da reprodução é entendida como ausência do urbano. Ficam ocultas, desse modo, causas de perpetuação da desigualdade socioespacial”.

O PMCMV contribui para segregação sociespacial através da construção de condomínios em locais com pouca oferta de bens e serviços e sem planejamento, o que favorece o crescimento desordenado das cidades (PEQUENO e ROSA, 2015). Isso ocorre devido às estratégias das empresas privadas que priorizam o lucro, deixando a qualidade dos empreendimentos em segundo plano. Conforme aponta Bentes et al. (2015, p. 348):

Na medida em que o modelo do Programa tem como base a produção de habitações em escala, por empresas privadas, às quais não cabe somente a execução dos empreendimentos, mas ainda, a escolha do terreno, a elaboração do projeto arquitetônico, a construção das unidades habitacionais, da infra-estrutura e equipamentos, reforça a concepção de produção privada de moradias e uma concepção privada de desenho urbano, em detrimento da qualidade. Assim, os ganhos do setor privado são garantidos pela articulação da padronização da construção, geração de economia de escala e procura de terrenos baratos. Além da contiguidade permitida, a aglomeração de uma ou mais construtoras em áreas específicas, promove a formação de regiões com expressiva monofuncionalidade e homogeneidade, tanto em termos de renda quanto em termos de tipologia e uso, reforçando processos de exclusão socioespacial.

Souza (2003, p. 90) ressalta a influência do Estado na promoção da segregação residencial ao afirmar que:

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário ou tendo este por trás), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolida a segregação, atua, também, como agente repressor, via de regra na tentativa de “colocar os pobres no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma política cidadã, igualmente respeitadora de brancos e negros, de moradores privilegiados e pobres.

O autor aponta a segregação residencial como um dos principais problemas urbanos das cidades brasileiras, sendo o resultado de vários fatores, entre eles a pobreza, além do papel do Estado, dentre outros aspectos. Sobre esses elementos o autor afirma que:

a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades, ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos. (SOUZA, p. 84, 2003)

Nesse contexto, a superação dos fatores que geram a segregação é necessária para que as cidades se tornem menos fragmentadas e a população tenha uma melhor qualidade de vida. Por outro lado, a permanência desses fatores contribuem para a formação de uma conjuntura presente em muitas cidades, compreendida por Lefebvre (2010) como uma *estratégia global*, na qual haveria a formação das periferias, da “urbanização desurbanizada” ao redor de centros privilegiados de consumo, com a imposição da ideologia da felicidade através do consumo, e os “centros decisoriais”, que concentram os meios de poder.

Nesse cenário todas as condições se reúnem “para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço” (LEFEBVRE, 2010, p. 33). Em outras palavras, “nós estamos construindo cidades para investir, não para viver” (HARVEY, 2015). Por isso, a presença do Estado é mais visível “nos espaços que estrategicamente fazem parte da reprodução do capital, tendo a reprodução da cidade como um negócio” (CARLOS, 2005, apud, ALVES, 2011, p. 118). Nesse sentido, o governo federal, ao priorizar as negociações do mercado privado na construção de moradias através do PMCMV, ajuda a reproduzir essa perspectiva.

Concordamos com o posicionamento de Souza (2011) ao mostrar que existem outros profissionais que podem planejar intervenções no espaço urbano além dos que estão a serviço do Estado. No entanto, como foi mencionado, o problema da questão de moradia está associado às contradições da sociedade capitalista e, por essa razão, o setor estatal exerce grande influência para solucionar esse problema devido o poder que possui. Por sua vez, para que isso seja possível é fundamental a “construção de um Estado efetivamente voltado à questão social” como defende Souto Maior (2013, p. 84).

Embora o PMCMV atenda a demanda de públicos diferentes, como mostra Rolnik (2015), ainda é necessário que o governo federal dê mais visibilidade as reivindicações dos movimentos sociais urbanos em detrimento das negociações do setor imobiliário. Embora o programa tenha proporcionado avanços, o fato de inserir o protagonismo da política de habitação em um viés de aceleração do crescimento econômico, contribui para que seja reproduzido “um padrão de segregação socioterritorial e precariedade urbana e ambiental que retoma os erros e contradições recorrentes na trajetória histórica da política habitacional brasileira” (MOREIRA e RIBEIRO, 2016, p. 17).

Para que a questão habitacional seja resolvida é necessário que outros problemas urbanos sejam superados. Isso se torna possível, segundo Souza (2003, p. 101), através de um desenvolvimento urbano autêntico, um “desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade” que proporcione uma melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e um aumento da justiça social. Para o autor, o desenvolvimento não deve se confundir com uma simples expansão do tecido urbano, juntamente com o crescimento econômico e a modernização tecnológica, pois a combinação desses fatores, embora sejam importantes, não garantem a melhoria dos indicadores sociais.

Por essa razão, para realização dessa pesquisa, adotamos a metodologia utilizada por Rolnik et. al (2015) que tem como objetivo avaliar em que medida o PMCMV atende as necessidades habitacionais das famílias de baixa renda, como será mostrado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

PERCURSOS METODOLÓGICOS

“A cidade, o urbano, também é o mistério, oculto. Atrás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a política”. (Lefebvre, 2004, p. 113)

2.1 Análise da escala municipal

Devido à complexidade dos desdobramentos proporcionados pelo PMCMV, Shimbo (2015, p. 30) propõe que os empreendimentos do programa sejam analisados em quatro escalas: regional ou metropolitana; municipal; do empreendimento; e da unidade habitacional.

Devido aos objetivos estabelecidos consideramos que as escalas que mais se aproximam dessa pesquisa são a escala municipal e do empreendimento, pois a escala municipal proporciona um melhor entendimento acerca da relação da distribuição espacial dos condomínios e os indicadores sociais do município e, através da escala do empreendimento, podemos analisar a percepção dos moradores sobre a moradia atual e verificar o nível de inserção da moradia.

Dessa forma, realizamos inicialmente uma análise na escala municipal avaliando a distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV no município de Campina Grande. Nesse processo utilizamos os seguintes critérios:

- Caracterização e localização dos empreendimentos do PMCMV nos municípios das regiões, segundo faixas de atendimento, modalidade, porte do empreendimento e construtora.
- Localização dos empreendimentos versus mancha urbanizada.
- Relação entre o número de unidades habitacionais dos empreendimentos do PMCMV e o déficit habitacional da região.
- Localização dos empreendimentos do PMCMV versus zonas com restrições ambientais estabelecidas pela legislação municipal e/ou estadual.

Essas categorias de análise são propostas inicialmente pela referida autora para analisar a escala regional, sendo que, os três últimos, também são sugeridos para analisar a escala municipal, que seria a escala que proporciona uma análise mais aprofundada acerca da análise da inserção urbana dos empreendimentos em comparação com a escala regional. Utilizamos esses critérios, pois eles oportunizam uma melhor compreensão da forma como o PMCMV vem sendo realizado no município. Não foram incluídos dados dos demais municípios da Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), pois essas informações não estão em consonância com os objetivos deste trabalho.

2.2 Análise do empreendimento

Para analisarmos o Residencial Vila Nova da Rainha II adotamos a metodologia utilizada por Rolnik et al. (2015) na avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do PMCMV no estado de São Paulo.

Essa metodologia tem como objetivo avaliar em que medida o PMCMV atende as necessidades habitacionais das famílias de baixa renda. Para isso, os autores tiveram como parâmetro sete elementos considerados essenciais para a efetivação do direito a moradia. Esses critérios foram estabelecidos pelo Congresso Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1991 e são: habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; acessibilidade; segurança da posse; e custo acessível.

Para utilizarmos essa metodologia fizemos algumas modificações. Algumas questões foram retiradas, pois não estavam em consonância com os objetivos da pesquisa. Além disso, em seu estudo Rolnik et al. (2015), no item disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, consideram perto um serviço ofertado em um local que esteja até 30 minutos a pé do condomínio. Modificamos esse parâmetro para 15 minutos, tendo em vista que o porte da cidade de Campina Grande é diferente das cidades analisadas pelos referidos autores.

Para realizarmos essa adaptação nos fundamentamos em Alves (2016), que desenvolveu uma análise sobre os condomínios Major Veneziano e Dona Lindu em Campina Grande utilizando o parâmetro de 15 minutos como referência. Também nos baseamos no referido autor em relação aos questionamentos referentes ao perfil socioeconômico dos moradores e aos deslocamentos.

O questionário (em anexo) possui 35 perguntas, sendo que a maioria dos questionamentos foram desenvolvidos por Rolnik et al. (2015) com exceção da pergunta 31, sobre praças, e da 32, sobre áreas verdes, que são perguntas utilizadas por Alves (2016) em seu trabalho e que incluímos por considerarmos relevantes. Para a definição da amostra realizamos o cálculo através do modelo infinito complexo, em que:

$$n = \frac{N z^2 pq}{E^2(N - 1) + z^2 pq}$$

N = Tamanho da população (número de domicílios em cada empreendimento, que no caso é 288)

z = Nível de confiança (definido em 90%)

p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica (definido em 90% supondo que a população estudada possui um alto grau de homogeneidade)

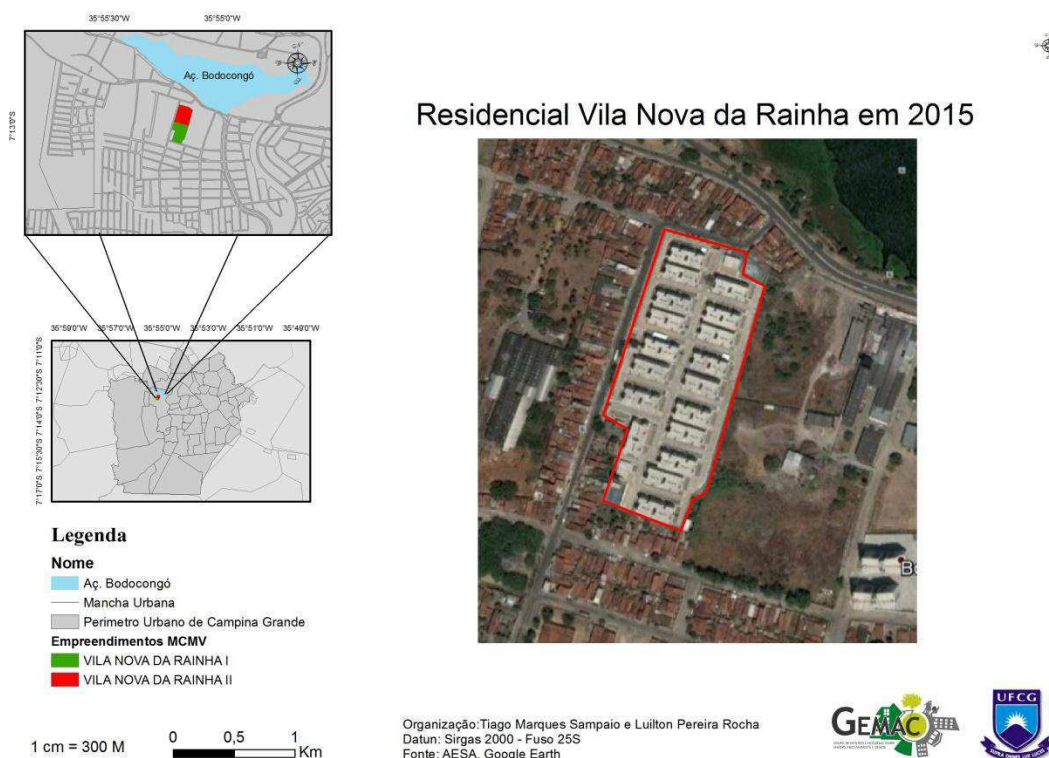
E = Erro padrão máximo (definido em 7%)

Dessa maneira, obteve-se o número mínimo de 43 questionários, o que equivale 14,9% do número total de apartamentos. Os questionários foram aplicados nos dias 26 e 31 de agosto e 2 e 6 de setembro de 2016. Além disso, aplicamos um questionário semi-estruturado, também baseado na metodologia de Rolnik et al. (2015), com o síndico do condomínio (em anexo).

2.3 O Residencial Vila Nova da Rainha II

O Residencial Vila Nova da Rainha II está localizado no bairro de Bodocongó, em Campina Grande – PB (figura 4), e é um dos 12 empreendimentos construídos pelo PMCMV no município. Possui 288 apartamentos, assim como o Residencial Vila Nova da Rainha I.

Figura 4: Localização do Residencial Vila Nova da Rainha II



O sorteio para o acesso dos imóveis teve início em Junho de 2015. No entanto, segundo o síndico do condomínio e o relato de alguns moradores, alguns apartamentos tiveram a entrega adiada devido a uma invasão de alguns imóveis.

Figura 5: Residencial Vila Nova da Rainha II



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

Através dos questionários aplicados constatamos que o Residencial Vila Nova da Rainha II (figura 5) atende alguns critérios que são estabelecidos pela ONU, mas também reproduz alguns problemas que são encontrados em diversos empreendimentos do PMCMV de outros municípios, como será mostrado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

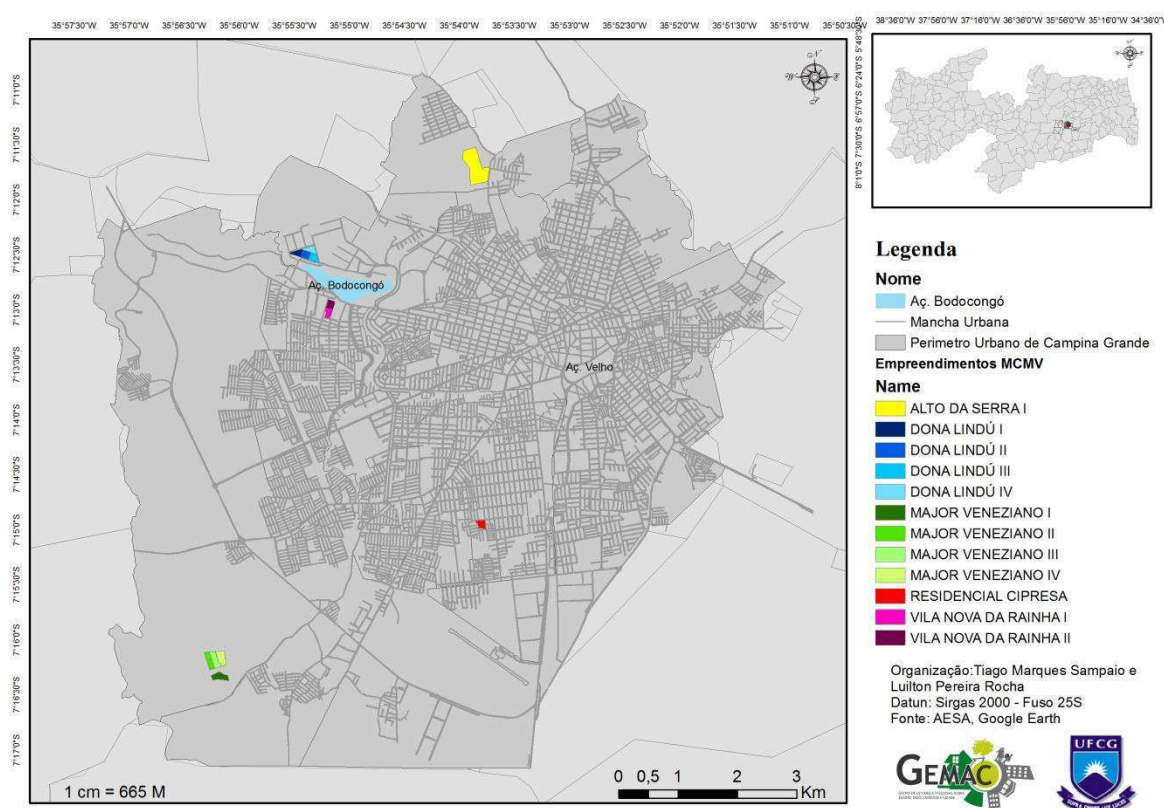
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

*“Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos.”
(PAUSÂNIAS apud SITTE, 1992).*

3.1 Escala municipal

Através do mapa 1 é possível observar a distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV em Campina Grande –PB. Todos os condomínios foram construídos na zona urbana do município, sendo que alguns estão localizados em uma região de urbanização mais consolidada, como o Residencial Cipresa, enquanto outros estão localizados em uma região de expansão do tecido urbano, como o empreendimento Alto da Serra e, principalmente, o Residencial Major Veneziano.

Mapa 1: Distribuição espacial dos empreendimentos



No que se refere às faixas de atendimento dos condomínios, estes atendem as três faixas do programa, como pode ser observado no mapa 2 e no quadro 1. A partir deste quadro também é possível perceber que o porte dos empreendimentos é diferenciado devido ao número de unidades construídas.

Quadro 1: Relação dos empreendimentos do PMCMV de acordo com a faixa de atendimento, porte e construtora.

Empreendimento	Faixa	Unidades (Total)⁴	Construtora⁵
Vila Nova da Rainha (I e II)	1	576	Cipresa
Major Veneziano (I, II, III e IV)	1	1984	Borges e Santos
Dona Lindú (I, II, III e IV)	2	1042	Cipresa
Alto da Serra Residencial	2	404	Unidade Engenharia
Residencial Cipresa	3	224	Cipresa

Nota-se que existe uma concentração da produção dos empreendimentos, como ressalta Ribeiro e Miranda (2015), tendo em vista que a Construtora Cipresa é responsável pela construção de sete empreendimentos, o que “contribuiu para a homogeneização dos projetos e padrões de inserção”. Desse modo, essa conjuntura se contrapõe “a possibilidade de uma maior abertura para novos agentes e consequentemente novas configurações projetuais e de locação” (RIBEIRO e MIRANDA 2015, p. 7).

Além disso, do número total de unidades (4.230), 2.560 são destinadas para a faixa 1, o que simboliza, teoricamente, um avanço para a efetivação do direito a moradia digna para uma parcela significativa da população do município de baixa renda. No entanto, alguns fatores comprometem essa efetivação, como a presença nos condomínios de famílias que possuem uma renda maior do que é permitido pelo programa, como foi constatado na pesquisa.

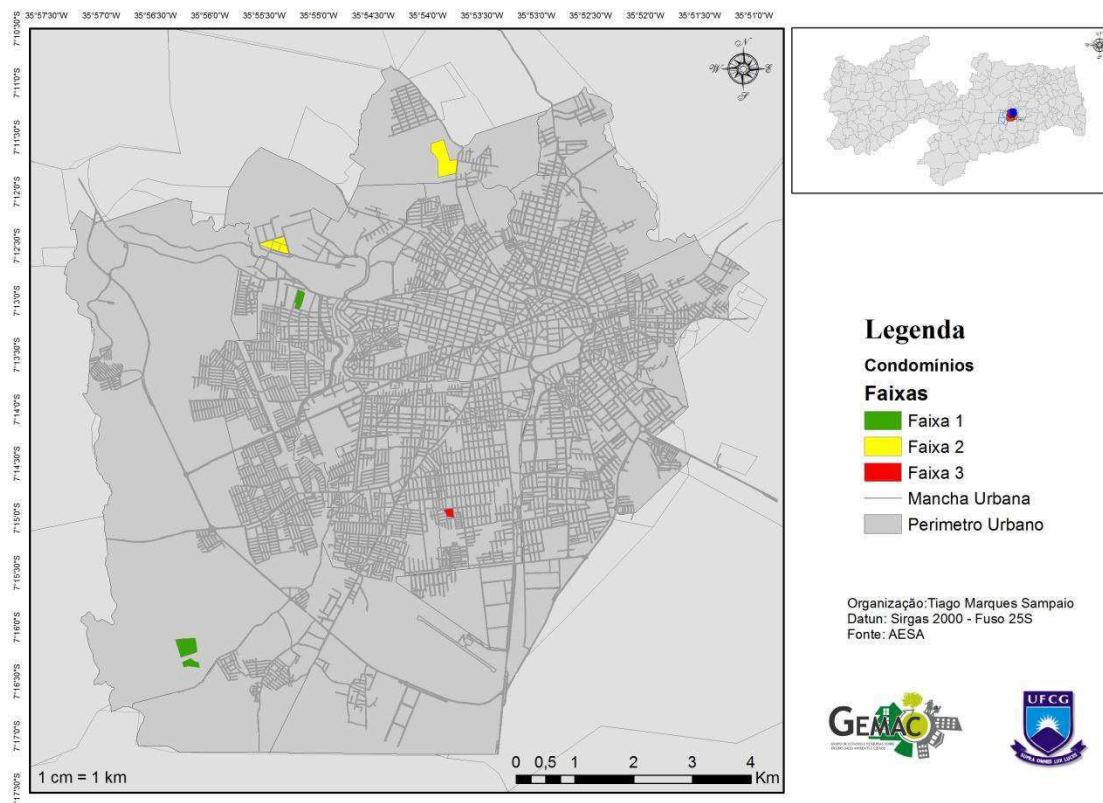
Essa quantidade de unidades, porém, ainda é insuficiente para resolver o problema da questão de moradia no município. De acordo com a Fundação João Pinheiro, o Déficit Habitacional da RMCG total é de 47.587 domicílios (FJP, 2013). No caso específico de Campina Grande, o déficit habitacional é de aproximadamente 13 mil moradias (G1, 2014). Ademais, existem no município, segundo o IBGE (2011), 18 aglomerados subnormais nos quais vivem 29.039 pessoas conforme foi mencionado.

⁴ Fonte: PMCG (2016)

⁵ Segundo Ribeiro e Miranda (2015)

A partir do mapa 2 é possível observar também a localização dos empreendimentos de acordo com a faixa de atendimento, que é definida através da renda das famílias contempladas como foi mencionado, e a sua inserção na mancha urbana da cidade.

Mapa 2: Localização dos empreendimentos versus mancha urbanizada

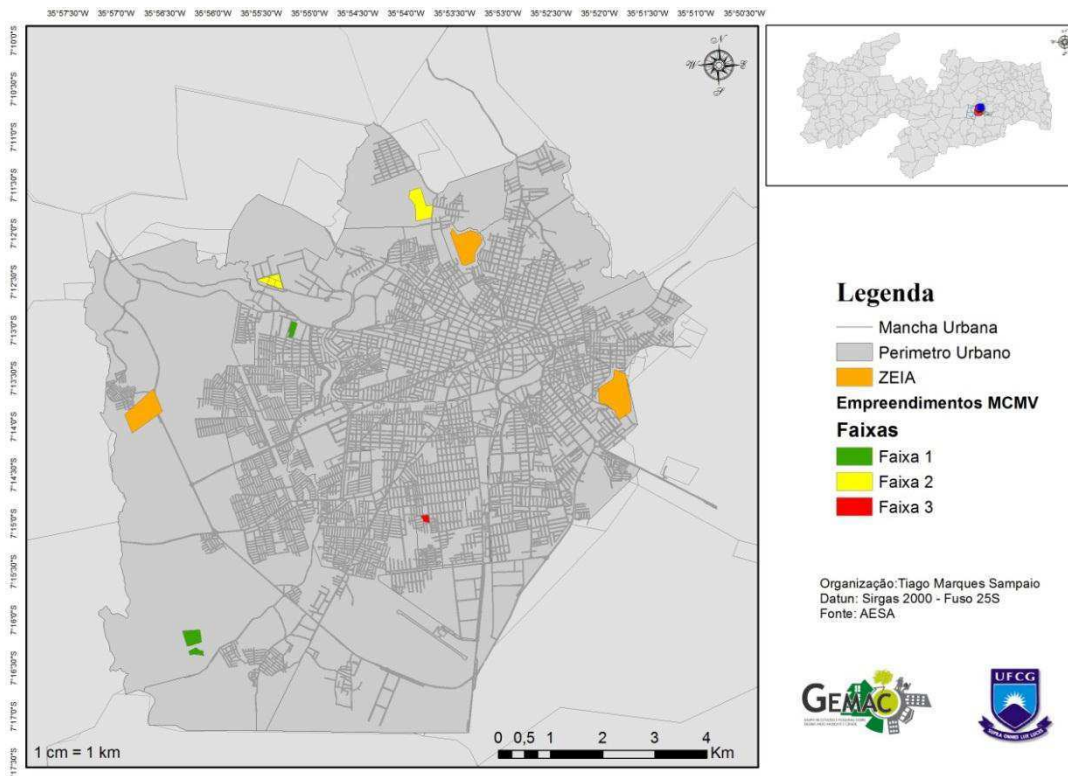


Para analisarmos a localização dos empreendimentos do PMCMV versus zonas com restrições ambientais estabelecidas pela legislação municipal utilizamos como parâmetro as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) como pode ser observado no mapa 3.

Segundo o Plano Diretor do município de Campina Grande as ZEIA “são áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente, compreendendo” as ZEIA 1, que são áreas de interesse ambiental, e as ZEIA 2, definidas como áreas de recuperação ambiental (PMCG, 2006, p. 12).

Nota-se que, embora exista uma proximidade das Zonas Especiais de Interesse Ambiental com alguns empreendimentos, principalmente em relação ao Residencial Alto da Serra, localizado no bairro Cuités, nenhum condomínio foi construído dentro das áreas de proteção e recuperação definidas pelo município.

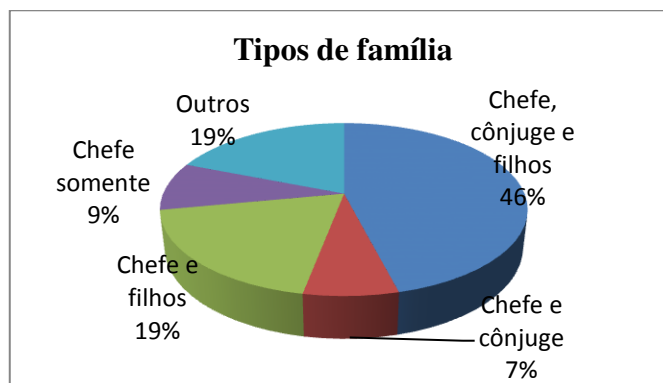
Mapa 3: Localização dos empreendimentos do PMCMV versus zonas com restrições ambientais estabelecidas pela legislação municipal



3.2 Escala do empreendimento

Das famílias entrevistadas 9,3% são formadas por uma pessoa, 20,9% por duas pessoas, 30,2% por três pessoas, 23,3% por 4 pessoas e 16,3% por 5 pessoas. Os principais tipos de família são formados por chefe, cônjuge e filhos (46%) e chefe e filhos (19%) como podem ser observados no gráfico 1.

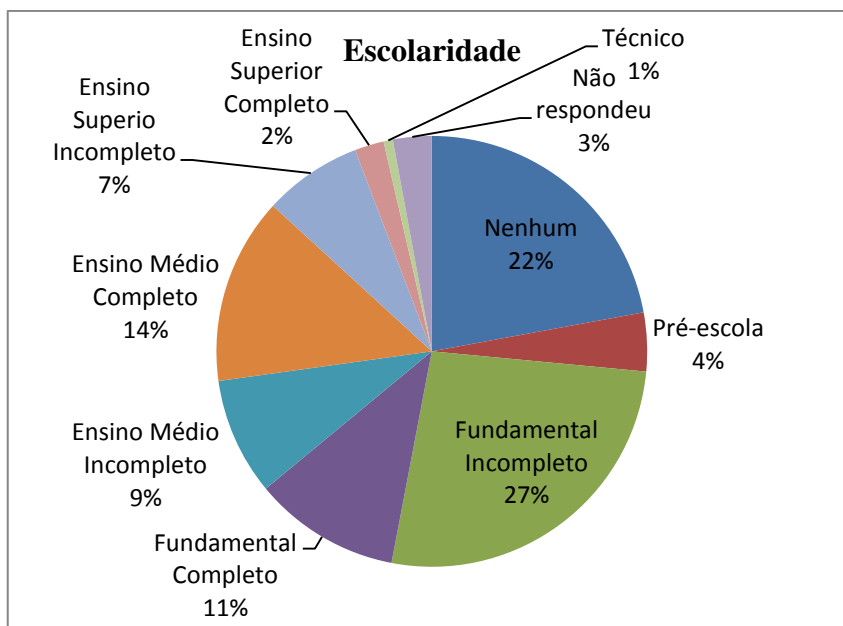
Gráfico 1: Tipos de família



Fonte: Baseado nos questionários aplicados na pesquisa

A escolaridade das pessoas que compõe as famílias que participaram da pesquisa é relativamente baixa, como mostra o gráfico abaixo, sendo encontrados muitos adultos com ensino fundamental ou médio incompleto e que atualmente não estuda. Os dados acerca do perfil dos trabalhadores serão discutidos posteriormente.

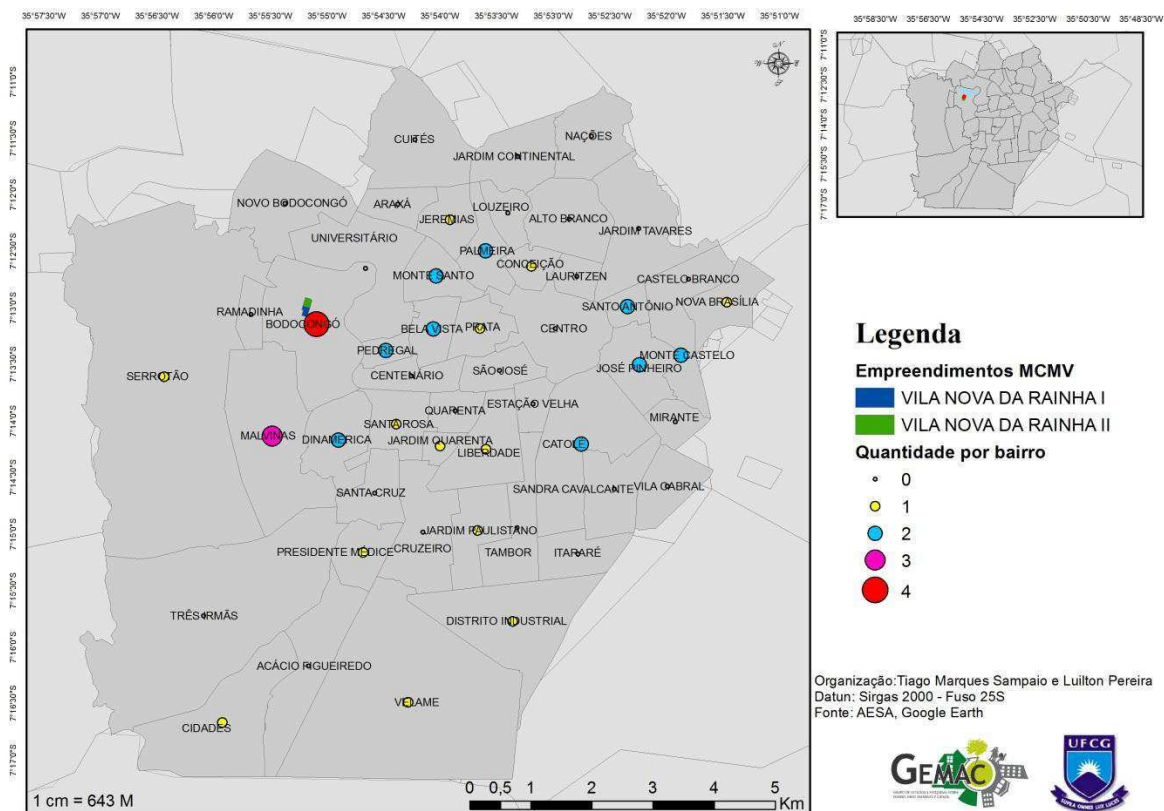
Gráfico 2: Escolaridade dos membros das famílias entrevistadas



Fonte: Baseado nos questionários aplicados na pesquisa

Em relação à origem das famílias que participaram da pesquisa, a maioria veio de outros bairros da zona urbana de Campina Grande, como mostra o mapa 4. Nesse sentido, os bairros que se destacaram foram Bodocongó, com quatro famílias, e Malvinas, com três famílias. Além disso, duas pessoas responderam que vieram de outra cidade (Lagoa Seca e Esperança) e duas responderam que são de outro estado (São Paulo). Uma das entrevistadas que afirmou que veio de São Paulo relatou que o motivo da mudança foi o fato de ter ganhado o apartamento e a outra disse que veio por motivos de saúde de familiares.

Mapa 4: Origem das famílias entrevistadas



3.2.1 Habitabilidade

De acordo com as Nações Unidas (2004, p. 25), a habitabilidade significa que a habitação “deve propiciar o espaço adequado e proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento ou outros perigos para a saúde, dos riscos devidos a problemas estruturais e de vectores de doença”. Além disso, “a segurança física dos ocupantes deve ser igualmente garantida” (NAÇÕES UNIDAS, 2004, p. 25).

O tempo de moradia das famílias entrevistadas é pequeno tendo em vista que 58,1% dos entrevistados relatou que estão morando a pouco mais de um ano no apartamento e 41,9% há menos de um ano, sendo que, a maioria desses afirmou que está morando há aproximadamente três meses, pois ocorreu um atraso na entrega devido a uma invasão que houve em alguns apartamentos conforme já foi mencionado.

Entretanto, embora o tempo médio de moradia das famílias nessa moradia seja curto, alguns problemas já foram registrados, principalmente relacionados a construção, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Problemas identificados pelos moradores

Problema identificado	Percentual de famílias afetadas
Umidade	23,3%
Rachadura	18,6%
Barulho	16,3%
Frio	4,7%
Calor	4,7%
Serviços de telefonia/internet	4,7%
Vazamento	2,3%
Rede elétrica	2,3%
Abastecimento de água	2,3%
Outros (Poluição da fábrica)	2,3%

Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

Apenas 46,5% dos entrevistados relataram que não enfrentaram problemas construtivos até o momento. Por sua vez, percebemos muitos moradores não apresentam muita insatisfação acerca dos problemas identificados. Dos entrevistados, 86% afirmaram que preferem morar na moradia atual e 76,7% disseram que ainda não pensaram em se mudar.

Embora 53% dos entrevistados já tenham identificado problemas no condomínio, constatamos que apenas 26,5% dos entrevistados recorreram a alguém para registrar sua reclamação. Desse total, todos responderam que procuraram o síndico e uma família também relatou que recorreu à polícia, sendo que, das reclamações registradas, 45,5% foram referentes a problemas na vizinhança e um terço foi referente a problemas na construção, dentre outros motivos.

Todos os apartamentos possuem dois quartos, o que pode comprometer as condições de vida das famílias com mais de 4 pessoas. Contudo, embora 16,3% das famílias entrevistadas sejam formadas por 5 pessoas, a maioria das famílias não relatou insatisfação com o tamanho do apartamento. Para 97,7% dos entrevistados o tamanho do

apartamento é adequado para o tamanho das famílias e 97,7% consideram o apartamento bem distribuído

3.2.2 Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos

No que se refere à disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, as Nações Unidas (2004, p.25) afirmam que:

Todos os titulares do direito a uma habitação condigna devem ter acesso permanente aos recursos naturais e comuns, água potável, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação de alimentos, sistemas de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência.

Nesse sentido, através dos dados coletados, percebemos que a mudança para o condomínio simbolizou para os moradores uma melhora significativa em relação à infraestrutura básica, como mostra a tabela 2.

Tabela 2: Comparação da infraestrutura básica em relação à moradia anterior

Serviço	Melhorou	Piorou	Igual	NR
Fornecimento de água	44,2%	18,6%	37,2%	0
Rede de esgoto	65,1%	2,3%	32,6%	0
Fornecimento de energia elétrica	37,2%	2,3%	60,5%	0
Coleta de lixo	67,4%	2,3%	30,2%	0
Calçadas	58,1%	14%	25,6%	2,3%
Pavimentação	65,1%	2,3%	30,2%	2,3%
Iluminação pública	62,8%	4,7%	32,6%	0
Acesso de veículos	41,9%	16,3%	34,9%	7%

Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

Nota-se que a mudança para a moradia atual proporcionou uma melhora em todos os itens referentes à infraestrutura básica, principalmente em relação à coleta de lixo, pavimentação, iluminação pública e rede de esgoto.

Além disso, a mudança para a moradia atual simbolizou uma melhora em relação ao transporte público e dos Correios, sendo que este último também foi muito criticado devido ao atraso das correspondências. Por sua vez, a mudança significou também uma

piora em relação ao acesso ao comércio, telefone público e para o trabalho, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3: Comparação do acesso aos serviços após a mudança

Serviço	Melhorou	Piorou	Igual	NR
Acesso ao comércio	25,6%	46,5%	27,9%	0
Telefone Público	11,6%	34,9%	51,2%	2,3%
Acesso ao trabalho	25,6%	32,6%	39,5%	2,3%
Acesso a equipamentos e serviços sociais	30,2%	23,3%	44,2%	2,3%
Transporte público	44,2%	14%	41,9%	0
Correios	39,5%	23,3%	34,9%	2,3%

Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

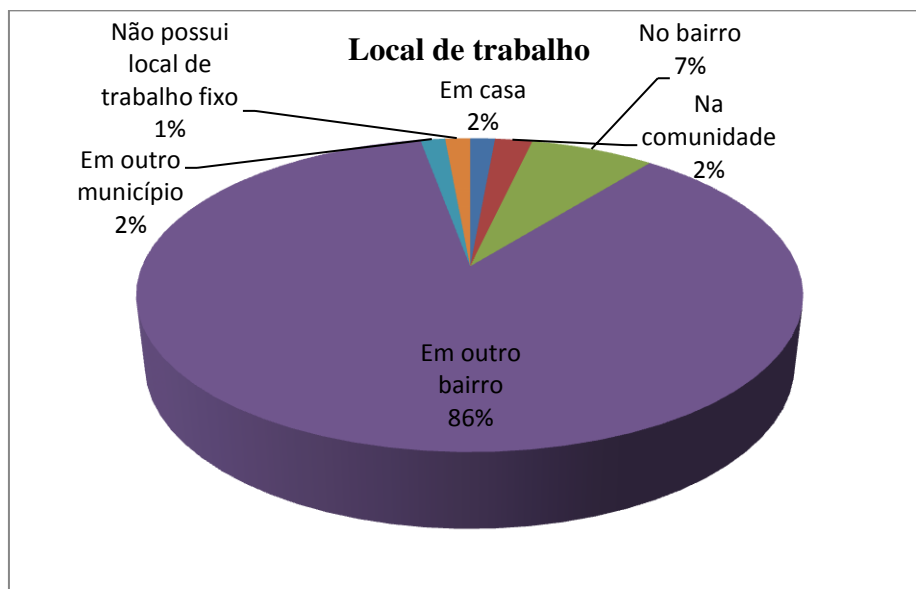
Ao serem questionados sobre o que gostariam que tivesse no condomínio 18,3% fizeram referência a alguma atividade comercial (supermercado, açougue, comércio). Atualmente isso não ocorre, pois, segundo o síndico e alguns moradores, não é permitido haver estabelecimentos comerciais dentro do condomínio. Durante a pesquisa encontramos apenas algumas atividades comerciais pontuais, como casas que tiram Xerox, fazem recarga de celular, etc. Ao serem questionados sobre onde utilizam o comércio 7% dos entrevistados respondeu que utilizam no condomínio, 69,8% no bairro, 37,2% em outros bairros do município e 2,3% em outro município.

3.2.3 Localização adequada

De acordo com as Nações Unidas (2004, p.25) “uma habitação condigna deve situar-se num local onde existam possibilidades de emprego, serviços de saúde, escolas, centros de cuidados infantis e outras estruturas sociais”.

Para analisar se a localização do empreendimento está adequada para os moradores utilizamos inicialmente os deslocamentos para o trabalho e estudo como parâmetro. Constatamos que a mudança para o Residencial Vila Nova da Rainha II comprometeu mais o trajeto de casa para o trabalho do que o percurso de casa para a escola. A maioria das famílias trabalha em outros bairros do município de Campina Grande-PB, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 1: Local de trabalho dos moradores entrevistados



Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

Dentre os meios de transporte utilizados para ir para o trabalho, 40,5% responderam que utilizam o ônibus, 21,7% utilizam carro, 19% motocicleta, 4,8% moto-taxi, 4,8% bicicleta, 4,8% fazem o percurso a pé e 4,8% não souberam responder.

Comparando o trajeto que era feito da moradia anterior, após a mudança 54,8% dos entrevistados avaliaram que o percurso ficou maior que antes, 23,8% disseram que ficou menor que antes, 11,9% a mesma coisa e 9,5% não souberam avaliar. No que se refere ao tempo de deslocamento gasto no percurso de casa para o trabalho, 31% responderam que gastam até 15 minutos, 31% de 15 a 30 minutos, 21,4% de 30 minutos a 1 hora, 4,8% mais de 1 hora e 11,9% não souberam responderam.

Ao analisar a inserção urbana do Conjunto Habitacional Major Veneziano II, Ribeiro e Miranda (2015) constataram que 58% dos trabalhadores gastam entre 30 minutos a uma hora e 25% mais de uma hora. Assim sendo, percebemos que, do ponto de vista da localização do trabalho, o Residencial Vila Nova da Rainha II encontra-se mais inserido do que o conjunto habitacional Major Veneziano II.

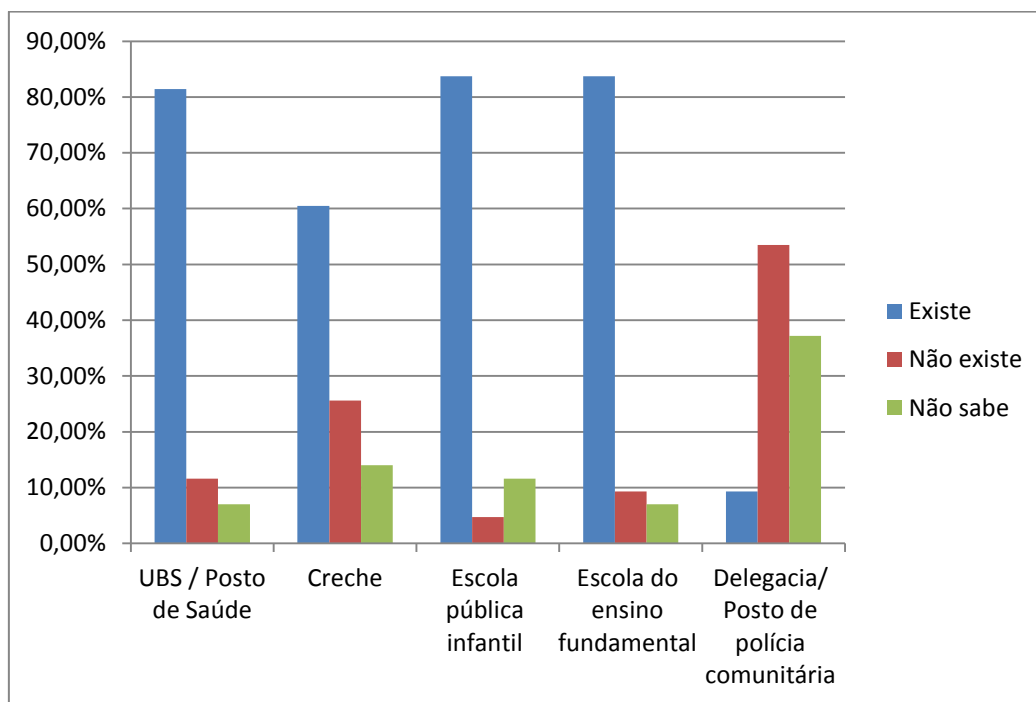
Dentre as famílias que participaram da pesquisa, 37,5% estudam, o que corresponde a 51 estudantes. Desse total, 61,9% estudam no bairro e 38,1% estudam em outros bairros de Campina Grande. Em relação ao meio de transporte utilizado para ir para a escola, 52,4% responderam que fazem o percurso a pé, 16,7% utilizam carro, 9,5% motocicleta,

14,3% ônibus e 7,1% moto-taxi. Para 73,8% dos estudantes o percurso de casa para a escola é feito em até 15 minutos, para 14,3% entre 15 a 30 minutos e para 11,9% gastam entre 30 minutos a 1 hora. Para 45,2% dos estudantes esse percurso ficou maior após a mudança, para 45,2% ficou menor que antes e para 9,5% ficou a mesma coisa.

Em relação ao tempo aproximado de espera do transporte coletivo, 11,6% respondeu que gasta até 5 minutos, 11,6% respondeu que é de 5 a 15 minutos, 39,5% respondeu que é 15 a 30 minutos, 20,9% de 30 minutos a 1 hora, 4,7% respondeu que gasta mais de uma hora e 14% dos entrevistados não souberam responder.

Também questionamos sobre a existência de oferta dos principais serviços públicos próximos ao condomínio como pode ser observado no gráfico 4.

Gráfico 4: Existência de serviços próximos ao condomínio



Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

No caso do posto de saúde (figura 6) este se encontra ao lado da entrada do Vila Nova da Rainha II e já existia antes da construção do condomínio.

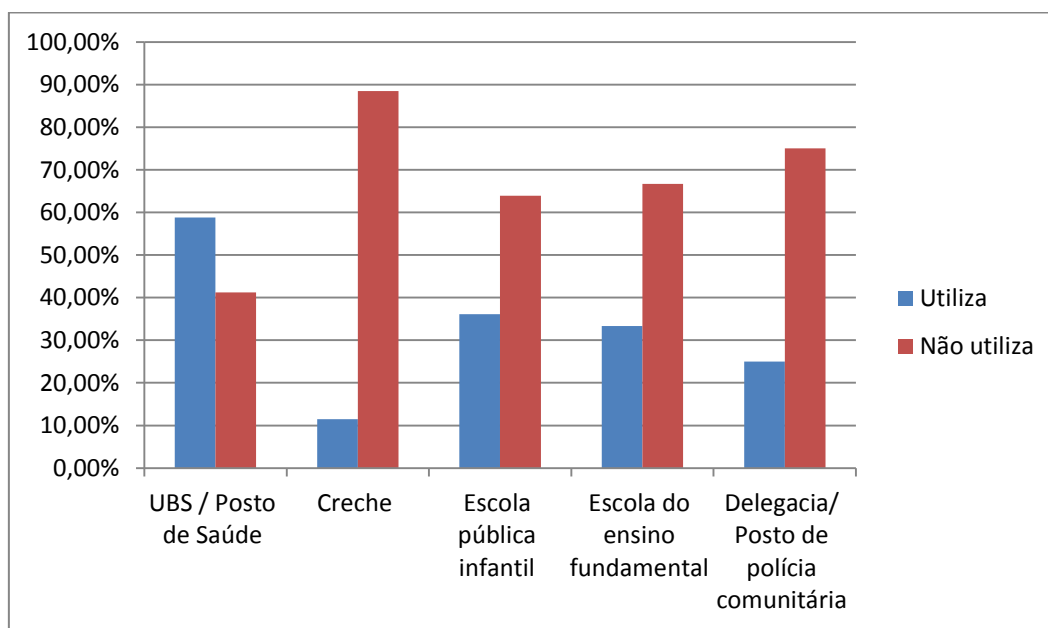
Figura 6: Posto de saúde



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

Entretanto, segundo o relato do síndico e de alguns moradores, o posto de saúde atualmente não atende os moradores do condomínio com a justificativa de que não suporta a demanda. Nos casos afirmativos, questionamos se eles utilizavam o serviço.

Gráfico 5: Utilização dos serviços (do universo que respondeu que existe)



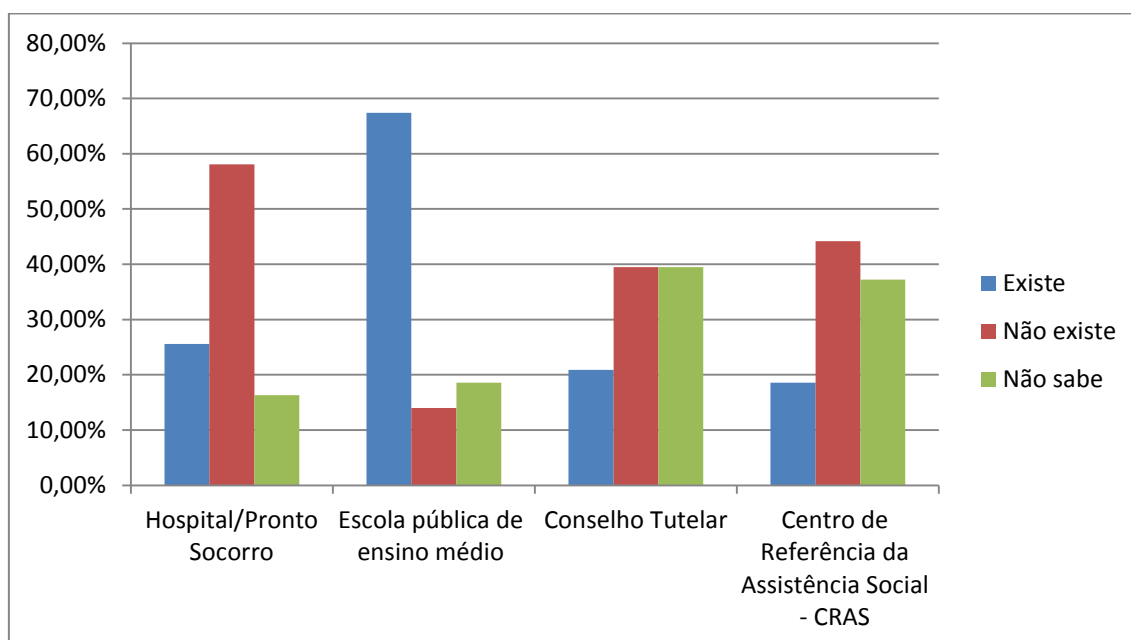
Fonte: Baseado nos questionários aplicados na pesquisa

Ao questionar os moradores do conjunto habitacional Major Veneziano II, Ribeiro e Miranda (2015) constataram que apenas 5% identificou UBS/ posto de saúde próximo ao condomínio, 31% identificou escola, 30% creche e 13% identificou posto policial. Dessa

forma, percebemos que próximo ao Condomínio Vila Nova da Rainha II existe uma boa oferta de bens e serviços em comparação com o conjunto habitacional Major Veneziano II.

Em entrevista o síndico relatou que próximo ao condomínio também existe padaria, supermercado, lotérica, açougue e feira e que todos esses serviços já existiam antes da construção do condomínio. Aos moradores também questionamos acerca da existência de hospital, escola pública de ensino médio, conselho tutelar, e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e constatamos que todos esses serviços são ofertados, como pode ser observado no gráfico 6.

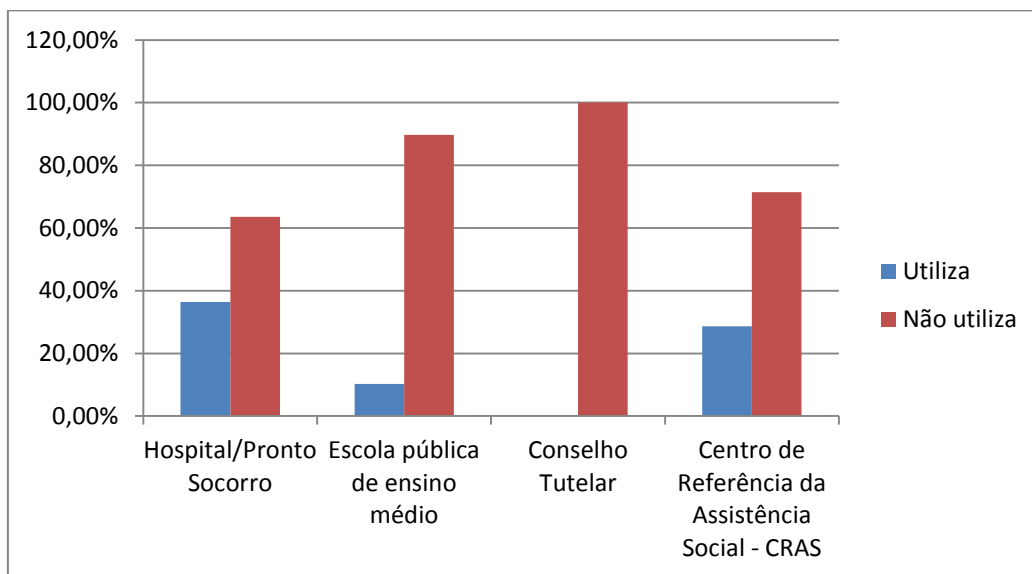
Gráfico 6: Existência dos serviços próximos ao condomínio



Fonte: Baseado nos questionários aplicados na pesquisa

Nos casos afirmativos, também questionamos se eles utilizavam o serviço. Nenhum entrevistado declarou ter utilizado o Conselho Tutelar, como mostra o gráfico 7.

Gráfico 7: Utilização dos serviços (do universo que respondeu que existe)



Fonte: Baseado nos questionários aplicados na pesquisa

Ainda em relação à localização adequada, as Nações Unidas (2004, p.25) determinam que “as habitações não devem ser construídas em lugares poluídos, nem na proximidade imediata de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos seus ocupantes”. De acordo com o síndico existem reclamações dos moradores em relação à poluição atmosférica causada por uma fábrica de papel que fica por trás do condomínio e emite fumaça, conforme mostra a figura 7:

Figura 7: Poluição atmosférica da fábrica



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

3.2.4 Adequação cultural

A adequação cultural significa que “a arquitetura, os materiais de construção utilizados e as políticas subjacentes devem permitir a expressão da identidade e diversidade culturais”. Ademais, nas atividades de construção ou de modernização da habitação, as dimensões culturais da habitação devem ser respeitadas (NAÇÕES UNIDAS, 2004, p.25).

Conforme aponta Rolnik et al. (2015), o PMCMV não favorece essa dimensão devido a padronização dos empreendimentos que consiste em uma estratégia dos setores empresariais com o objetivo de reduzir os custos de produção. Nesse sentido, os autores afirmam que:

As grandes construtoras se utilizam de sistemas de gestão que permitem reproduzir à exaustão o mesmo projeto “carimbo” das poucas tipologias existentes. Como consequência, verifica-se a reprodução em escala nacional de um projeto padrão que não corresponde à diversidade regional e nem sempre responde às necessidades das famílias atendidas. É importante ressaltar, no entanto, que a uniformidade tipológica não decorre exclusivamente de estratégias empresariais, mas também do próprio desenho do Programa, que faz com que os projetos atendam a requisitos pouco flexíveis de número de cômodos, metragem das unidades e materiais, sem margem para que a diversidade da demanda habitacional existente seja levada em consideração na sua elaboração (ROLNIK et al. 2015, p. 402).

Como mostra as figuras 8 e 9, o condomínio, além de possuir uma arquitetura reproduzida em muitas regiões, não possui áreas verdes. Dos entrevistados, 93% afirmaram que gostariam de mais áreas verdes no condomínio.

Figura 8: Residencial Vila Nova da Rainha II



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

Ademais, 67,4% afirmaram que sentem falta de algum ambiente/espço que tinha na moradia anterior, sendo que, desse total, 83,3% disseram que sentia falta do quintal e 6,7% responderam que sentiam falta da área de serviço. Ao serem questionados sobre o que gostaria que tivessem no condomínio, cinco famílias responderam que gostaria de um playground ou um “espaço para as crianças brincarem”, quatro pessoas responderam parque/praaça de recreação e uma pessoa respondeu e gostaria que tivesse áreas de lazer. 95,3% dos entrevistados afirmaram que não freqüentam praças, parques ou áreas verdes próximas ao condomínio, o que é reflexo da falta de espaços públicos de lazer no bairro. Por causa disso, a única alternativa para muitos moradores são os espaços que existem dentro do condomínio. O principal espaço acessível para os moradores dentro do condomínio são os bancos (figura 9).

Figura 9: Área de lazer



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

A falta de espaços públicos pode afetar consideravelmente as condições de vida da população. Segundo Gehl (2013, p. 28) “o espaço público tem um importante significado social como fórum para troca de ideias e opiniões”. Além disso, “o espaço público da cidade democraticamente gerido garante o acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas”. Além desse espaço, o condomínio possui uma quadra (figura 10 a) e um salão de festas (figura 10 b). Muitos moradores relataram frequentar o salão de festas, durante a realização de um culto religioso que ocorre no local, e a quadra.

Figura 10 a e 10 b: Quadra e salão de festas



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

3.2.5 Segurança da posse

A segurança de posse refere-se ao fato de que “todas as pessoas têm direito a um certo grau de segurança que garanta a proteção legal contra as expulsões forçadas, a agressão e outras ameaças”. Por essa razão, os governos devem “adotar medidas imediatas a fim de conferir segurança legal da ocupação às famílias que ainda não beneficiam desta proteção” (NAÇÕES UNIDAS, 2004, p.24).

Como salienta Rolnik et al. (2015), o PMCMV adota o modelo de propriedade privada individual como instrumento para viabilizar a segurança de posse e somente após o pagamento das 120 parcelas as famílias contempladas pelo programa possuirão a propriedade plena do imóvel. Sendo assim, os referidos autores afirmam que:

Diante da instabilidade financeira em que vivem muitas famílias de baixa renda contempladas pelo programa – que muitas vezes vivem de trabalhos eventuais ou na completa informalidade –, a situação pode mudar abruptamente num dado momento e, com isso, a família perde as condições de pagamento das prestações, inviabilizando a transferência final da propriedade (ROLNIK et al. 2015, p.405).

Todavia, constatamos que muitos moradores não percebem esta instabilidade, tendo em vista que, ao serem questionados sobre o que mais gosta na moradia atual, 19% responderam que seria o fato do apartamento ser próprio.

Além da questão financeira percebemos que outros motivos podem comprometer a segurança das famílias e contribuir para que elas se mudem. Dos entrevistados, 23,3% afirmaram que já pensaram em se mudar sendo que, desse total, mais de um terço relatou que o motivo estaria relacionado com problemas de segurança e violência, dentre outros fatores. Como exemplos dos casos de violência, alguns entrevistados citaram a

comercialização e utilização de drogas dentro do condomínio e também casos de vandalismo, com a depreciação de extintores de incêndio, dentre outros relatos.

Para 18,6 % dos entrevistados o condomínio é considerado violento/perigoso e para 25,6% o condomínio é considerado mais violento que a moradia anterior. Embora esse número seja relativamente pequeno, durante a aplicação dos questionários percebemos que muitas famílias colocaram grades nos apartamentos buscando uma segurança maior, como mostra as figuras 11 a e 11 b.

Figura 11 a e 11 b: Exemplos de grades no condomínio



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

No entanto essa percepção de insegurança não é sentida por todos os moradores tendo em vista que, ao serem questionados sobre o que mais gosta no condomínio, 31% fez referência à tranquilidade/paz e 26,2% respondeu segurança.

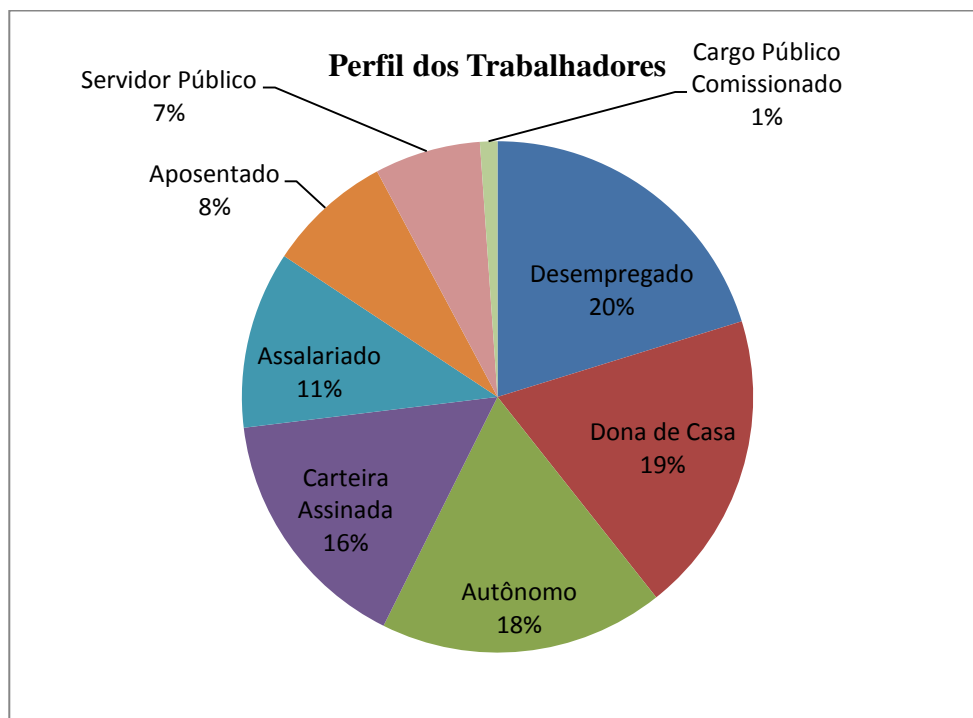
3.2.6 Custo acessível

Segundo as Nações Unidas (2004, p.25) os custos da habitação suportados pelas pessoas, ou agregados familiares, devem situar-se a um nível que não comprometa as outras necessidades essenciais e devem ser concedidos subsídios àqueles que não dispõem de meios econômicos suficientes para ter uma habitação adequada.

No que se refere ao perfil dos trabalhadores das famílias que participaram da pesquisa, desconsiderando os indivíduos que são apenas estudantes e os que possuem idade insuficiente para trabalhar, 20,2% estão atualmente desempregados, o que é um índice alto. Além disso, dentre as principais formas de ocupação, 19% se declararam donas de casa,

18% autônomos e 15,7% trabalhadores de carteira assinada, como pode ser observado no gráfico 8.

Gráfico 8: Perfil dos trabalhadores



Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

A renda mensal da maioria das famílias é de até um salário mínimo (48,8%). 32,6% dos entrevistados (14 famílias) declararam ter uma renda entre um e dois salários mínimos, 14% entre dois e três (6 famílias) e 4,7% entre três e quatro (2 famílias). Assim sendo, percebemos que 81,4% das famílias que participaram da pesquisa possuem a renda bruta exigida pelo programa para a faixa 1, que é o valor de R\$ 1.800,00.

Ao serem questionados se recebem algum programa de transferência de renda, 32,6% responderam que recebem Bolsa Família, 2,3% responderam que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e 65,1% responderam que não.

Ao compararmos os gastos depois da mudança percebemos que a moradia atual oportunizou a redução de gastos, tendo em vista que a mudança ajudou muitos contemplados a “sair do aluguel”, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4: Comparação dos gastos

	Não gastava, agora gasta	Aumentou	Ficou Igual	Diminuiu	Gastava antes, agora não	Não gastava e ainda não gasta
Aluguel	0	0	2,3%	4,7%	58,1%	34,9%
Prestação	97,7%	2,3%	0	0	0	0
Condomínio	97,7%	2,3%	0	0	0	0
Luz	0	27,9%	25,6%	46,5%	0	0
Água	2,3%	16,3%	32,6%	48,8%	0	0
Gás	2,3%	34,9%	41,9%	20,9%	0	0
Tel./Internet/Tv a Cabo	16,3%	14%	11,6%	7%	9,3%	41,9%

Fonte: Baseado nos questionários da pesquisa

Na tabela 4 percebemos a comparação dos gastos que os moradores tiveram após a mudança. Questionamos se os moradores antes da mudança possuíam gastos com aluguel, prestação do programa, condomínio, luz, água, gás e telefone, internet e tv a cabo. Nas colunas em vermelho consta o percentual de famílias que identificou um aumento após a mudança, nas colunas em azul uma diminuição, e nas colunas em verde o percentual que não identificou alteração nos gastos.

Assim sendo, percebemos que a maioria das famílias não possuía despesas com condomínio e com a prestação do programa. Destaca-se também o aumento identificado em relação ao gasto com gás que, segundo alguns relatos, ocorreu devido ao aumento do preço que ocorreu na região e não devido à mudança. Por sua vez, percebemos que na moradia atual, uma parcela significativa dos entrevistados identificou uma diminuição nos gastos de luz e água, o que pode estar relacionado com as famílias que moravam em moradia cedida com outros familiares. Além disso, também foi identificada uma redução dos gastos para muitas famílias pelo fato de não gastar mais com aluguel.

Dos entrevistados, 60,5% relatou que a moradia anterior era alugada e muitos comentaram que, embora antes não pagassem a prestação e o condomínio, esses valores são menores que o aluguel. Porém, 30,2% afirmaram que a moradia anterior era cedida, 4,7% era própria, uma família disse que participava de um programa de aluguel social

promovido pela prefeitura e outra relatou que morava em uma invasão. Portanto, para essas famílias a mudança simbolizou um aumento dos gastos mensais, devido à taxa do programa e do condomínio.

No caso específico da família que morava em uma invasão, esta morava a mais de 5 anos no local, o que corrobora com a perspectiva de Rolnik et al. (2015, p. 406) de que o PMCMV promove o “enfraquecimento de outras formas de promoção da segurança da posse, tais como o direito à usucapião, à concessão especial de uso para fins de moradia”, entre outras.

Dos casos em que a casa anterior era própria, uma entrevistada relatou que morava próximo a um canal e, devido a uma obra de urbanização, perdeu seu imóvel e foi transferida para o condomínio, passando a ter gastos que antes não possuía. Esse foi o único caso de reassentamento identificado na pesquisa. O restante afirmou que teve acesso ao apartamento através do sorteio. Na tabela 4 destaca-se também o percentual que afirmou que a casa atual é alugada (2,3% afirmou que o valor do aluguel ficou igual e 4,7% diminuiu), o que não é permitido tendo em vista que os beneficiários não possuem a propriedade plena do imóvel.

3.2.7 Acessibilidade

No que se refere à acessibilidade, as Nações Unidas (2004, p. 25) afirmam que “uma habitação condigna deve ser acessível aos que a ela têm direito” e, por essa razão, os grupos desfavorecidos, como idosos, crianças e pessoas com necessidades especiais devem ter pleno acesso à habitação. Segundo Rolnik et al. (2015, p. 413) a lei responsável pela criação do PMCMV determina que, em cada município, no mínimo 3% das unidades habitacionais construídas devem ser adaptadas para pessoas com deficiências e 3% para idosos. Como mostra as figuras 12 a e 12 b, todas as calçadas são adaptadas para pessoas com necessidades especiais, inclusive as que dão acesso ao salão de festas e a quadra.

Figura 12 a e 12 b: Calçadas adaptadas para pessoas com necessidades especiais



Fonte: Trabalho de Campo - agosto de 2016. SAMPAIO, T. M.

Ao ser questionada sobre o motivo da mudança para a moradia atual, uma das entrevistadas mencionou a adaptação das calçadas, o que não existia na moradia anterior. Em relação aos idosos eles correspondem a 8,8% dos membros das famílias entrevistadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAS

Ao analisarmos a produção do PMCMV em Campina Grande na escala municipal percebemos que os empreendimentos apresentam diferentes níveis de inserção na mancha urbanizada e que, embora tenha sido construído um número expressivo de unidades, esta produção ainda é insuficiente para solucionar o déficit habitacional do município, sendo necessárias outras ações do poder público para solucionar essa questão.

Através do Residencial Vila Nova da Rainha II percebemos que, em parte, ele atende as orientações internacionais estabelecidas para a efetivação do direito à moradia adequada. O referido condomínio está situado em uma região com uma boa oferta de alguns bens e serviços e uma parte desta oferta já existia antes da sua construção. Ademais, a mudança para a moradia atual não afetou consideravelmente o tempo de deslocamento de casa para o trabalho e para a escola para a maioria dos moradores do condomínio, além de proporcionar uma melhora significativa em relação à infraestrutura básica.

No entanto, durante a pesquisa destacou-se o alto índice de desempregados, o que pode comprometer a segurança de posse dos moradores. Nota-se também a falta de espaços públicos de lazer no bairro, como praças e parques, e de iniciativas que garantam a acessibilidade dos moradores ao posto de saúde que fica próximo ao condomínio.

Além disso, o Residencial Vila Nova da Rainha II é um exemplo dos modelos arquitetônicos produzidos em exaustão pelo programa, não favorecendo, dessa forma, a expressão da identidade e da diversidade cultural como estabelece as orientações internacionais. Portanto, a produção do espaço do referido condomínio revela questões encontradas em outras cidades.

Sendo assim, percebemos que o PMCMV promove avanços, contribuindo para que muitas famílias passem a morar em uma habitação com as condições mínimas necessárias, mas algumas mudanças são essenciais para que o programa seja, de fato, uma ferramenta para a efetivação do direito à moradia adequada e, conseqüentemente, do direito à cidade para os seus beneficiados.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 109-122.

ALVES, Gustavo Daniel Farias. **Mobilidade urbana nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV): Os casos dos conjuntos Major Veneziano e Dona Lindu em Campina Grande, PB**. 2016

AMORE, C.S. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: In: Caio Santo Amore; Lúcia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino.. (Org.). **Minha casa... E a cidade?** 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P.; SILVA, Alessandro Cardoso Ferreira da ; Marcelo Tinôco ; FERREIRA, G. D. ; GUERRA, Eiana Costa. ; SILVA, Francis. L. B. . Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: Inserção urbana, qualidade do projeto e seus efeitos na segregação socioespacial.. In: **Minha Casa? E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 323-352.

BARBOSA, Wallace Melo. **Friedrich Engels e o Problema da Habitação**. Disponível em: <http://wallacemelobarbosa.blogspot.com.br/2012/12/engels-e-o-problema-da-habitacao.html>. Acesso em 12 de setembro de 2016

BONATES, M. F. **Ideologia da casa própria... sem casa própria: o programa de arrendamento residencial na João Pessoa–PB**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

BOULOS, Guilherme. Sobre a questão da moradia. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Noticias/visualizar/4369>. Acesso em 10 de setembro de 2016

CARDOSO, A. L. Direito à Moradia e o Direito à Cidade. In: Orlando Alves dos Santos Junior; Ana Carolina Christovão; Patricia Ramos Novaes. (Org.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011

_____. Apresentação. In: **Cad. Metrôpoles**. V. 18, n. 35, p.9. 2016

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, F. S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011. Anais.

CARLOS, Ana Fani. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011

CASTELLS, M. (1972). **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 4ª Ed.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995a.

_____. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. CARLOS, A. F A; SOUZA, M. L de; SPOSITO, M. B. E (organizadores). São Paulo: Contexto, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948

NAÇÕES UNIDAS. **O Direito Humano a uma Habitação Condigna**. Ficha Informativa Sobre Direitos Humanos n.º 21. Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995-2004. Disponível em: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_21.pdf. Acesso em 9 de setembro de 2016

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FJP – Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte. 2013

G1. **Déficit habitacional provoca ocupação de imóveis em Campina Grande**. Disponível em: Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/10/aumentacao-ocupacoes-de-terrenos-e-imoveis-em-campina-grande-na-pb.html>. Acesso em 8 de setembro de 2016

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013

GONÇALVES, Fabiana Rodrigues. **Direitos sociais: direito à moradia**. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12892&revista_caderno=9. Acesso em 25 de agosto de 2016

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Aglomerados Subnormais**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn2/>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade: In: In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Nós estamos construindo cidades para investir, não para viver.** Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/10/david-harvey-nos-estamos-construindo-cidades-para-investir-nao-para-viver/>. Acesso em 22 de setembro de 2016

KLINTOWITZ, D. C. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista? In: **Cad. Metr6poles**. V. 18, n. 35, p.9. 2016

LEFEBVRE, H. **La Revoluci6n Urbana**. Madrid: Alianza, 2004.

_____. **O direito 6 cidade**. S6o Paulo: Centauro, 2010.

LIMA, Yure Silva. **A pol6tica habitacional em Campina Grande**. Jo6o Pessoa. 2010. Disserta6o de Mestrado.

MOREIRA, T.A; RIBEIRO, J. A. A quest6o fundi6ria brasileira no desenho das pol6ticas nacionais de habita6o: Considera6es a partir do s6culo XXI. In: **Cad. Metr6poles**. V. 18, n. 35, p.9. 2016

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara Vieira. Inser6o urbana e segrega6o espacial: an6lise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: Caio Santo Amore; L6cia Zanin SHIMBO; Maria Beatriz Cruz Rufino.. (Org.). **Minha Casa? E a cidade? Avalia6o do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 131-164

PARK, Robert. **On Social Control and Colletive Behavior**. Chicago University, 1967, p.3

PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. LEI COMPLEMENTAR N6 003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Dispon6vel em: <http://pmcg.org.br/0/> Acesso em 21 de setembro de 2016

RIBEIRO, George Ivisson Vidal, MIRANDA, L6via Izabel Bezerra de. Entre a pol6tica e o mercado: Inser6o urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na Regi6o Metropolitana de Campina Grande: Um estudo de caso do conjunto habitacional Major Veneziano II. In: **XII Congresso de Inicia6o Cient6fica da Universidade Federal De Campina Grande**. 2015

PORTAL BRASIL. Dispon6vel em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-chega-a-3a-fase-com-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018>>. Acesso em 12 de setembro de 2016

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petr6polis: Vozes, 1979.

_____. **T6cnica, espaço e tempo: globaliza6o e meio t6cnico-cient6fico informacional**. S6o Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos . A Produção capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In: Orlando Alves dos Santos Junior; Ana Carolina Christovão; Patricia Ramos Novaes. (Org.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, v. 1, p. 67-74

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: HARVEY, David, MARICATO, Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. In: **Cidades**. v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88

ROLNIK, R. ; NISIDA, V. C. ; BORRELLI, J. F. S. ; VANNUCHI, L. ; PEREIRA, A. L. S. ; IACOVINI, R. F. G. ; OLIVEIRA, A. P. L. ; MOREIRA, F. A. ; ROSSI, L. G. A. . Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: Caio Santo Amore; Lúcia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino.. (Org.). **Minha Casa? E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 391-416.

RUPPENTHAL, Stela Maris. **Novos cenários urbanos: reconversão e refuncionalização de brownfields em Criciúma/SC**. Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Métodos e escalas de análise. In: In: Caio Santo Amore; Lúcia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino.. (Org.). **Minha Casa? E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 29-50

SITTE, Camillo. **A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77- 116.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; 190 páginas, 2003.

_____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.;

SPOSITO, M. E. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de Miranda (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais.** Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metrópoles, 2009.

VALENÇA, Márcio Moraes. Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. **Cadernos Metrôpole**, N. 9, pp 165-171, 1º sem. 2003.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. **Domicílios sem Moradores, Moradores sem Domicílios: um estudo sobre domicílios vagos em Salvador como subsídio para políticas habitacionais.** Salvador: Edições Uesb, 2009.

ANEXOS

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO/ ENTREVISTA COM SÍNDICO
(proposta PUCSP/POLIS)**

1. O condomínio apresentou alguns desses problemas (múltipla escolha)

- | | |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Rachaduras | <input type="checkbox"/> 7. Coleta de lixo insuficiente |
| <input type="checkbox"/> 2. Vazamentos | <input type="checkbox"/> 8. Coleta de lixo inexistente |
| <input type="checkbox"/> 3. Barulho (Ruídos) | <input type="checkbox"/> 9. Esgotamento Sanitário |
| <input type="checkbox"/> 4. Poluição do ar | <input type="checkbox"/> 10. Segurança |
| <input type="checkbox"/> 5. Iluminação Pública | <input type="checkbox"/> 11. Nenhum |
| <input type="checkbox"/> 6. Rede elétrica | <input type="checkbox"/> 12. Outro (especificar) |
-

1.1. Alguma casa/apartamento já foi ocupada ilegalmente (invadida)?

1. Sim 2. Não

2. O condomínio já recorreu a alguém para reclamar de algum desses problemas?

1. Sim Se sim, a quem recorreu?

[...] 1. Prefeitura

[...] 2. CAIXA

[...] 3. COHAB

[...] 4. Associação de moradores

[...] 5. Ouvidoria municipal

[...] 6. Construtora

[...] 7. Outros _____

2. Não

3. Há rebaixamento de calçadas em locais de travessia para atender as pessoas com mobilidade reduzida?

1. Sim 2. Não

4. No condomínio existe algum dos seguintes espaços de uso comum?

Tipo	1. Sim	2. Não
1. Quadra esportiva		
2. Parque infantil		
3. Salão de festas		
4. Churrasqueira		

5. Outros: _____

5. Os espaços comunitários são adaptados às pessoas com mobilidade reduzida?

1. Sim 2. Não

6. O bairro é atendido pelos seguintes serviços? (múltipla escolha)

Serviços	1. Existência de Serviços		
	1. Sim	2. Não	3. Não sabe
1. UBS / Posto de Saúde			
2. Hospital/Pronto Socorro			
3. Escola pública infantil			
4. Escola pública de ensino fundamental			
5. Escola pública de ensino médio			
6. Creche			
7. Delegacia			
8. CRAS- Centro de Referência da Assistência Social			
9. Clube esportivo			
10. Teatro			
11. Casa de cultura			
12. Parque			
13. Telecentro			
14. Cinema			
15. Biblioteca pública			

7. As correspondências chegam normalmente?

1. Sim 2. Não

8. Há transporte coletivo próximo ao condomínio?

1. Sim 2. Não

9. Existe alguma dessas formas de organização social no condomínio ou na proximidade?

(múltipla escolha)

- [...] 1. Associação de moradores [...] 6. Movimentos sociais (grupos de reivindicação)
[...] 2. Conselho gestor do Condomínio [...] 7. Organização religiosa
[...] 3. Organização cultural [...] 8. Grupos autônomos de interesse (mulher/jovem/idoso)
[...] 4. Organização esportiva **Qual?** _____
[...] 5. Cooperativas [...] 9. Não existe

10. Quais dos seguintes serviços comerciais estão disponíveis no entorno do condomínio?

serviços comerciais	1.Sim	2.Não	3. Não sabe
1. Padaria			
2. Mercado ou supermercado			
3 . Banco			
4 . Lotérica			
5 . Açougue			
6 . Feira			

10.1 Quais deles já existiam antes da construção do empreendimento/condomínio?

serviços comerciais	1.Sim	2.Não	3. Não sabe
1. Padaria			
2. Mercado ou supermercado			
3 . Banco			
4 . Lotérica			
5 . Açougue			
6 . Feira			

11. Existem atividades de manutenção do condomínio pelos moradores?

1. Sim Quais?

2. Não

12. Existem problemas com o pagamento do condomínio (inadimplência)?

13. Quais as principais reclamações feitas?

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DOS EMPREENDIMENTOS MCMV NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE

1. Identificação

Nome: _____

É uma moradia de estudantes/república? Não Sim (Se sim, não perguntar sobre moradia anterior)

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Esta pesquisa objetiva a avaliação da inserção urbana dos moradores de empreendimentos habitacionais promovidos pelo programa federal Minha Casa Minha Vida e está sendo desenvolvida pela equipe de alunos do Grupo de Pesquisa sobre Ensino, Meio Ambiente e Cidade (GEMAC), sob a coordenação do Professor Luiz Eugênio Carvalho (SIAPE 01562300) da unidade Acadêmica de Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande. Os objetivos do estudo são: I) Analisar a distribuição geográfica dos empreendimentos do PMCMV no município de Campina Grande-PB, II) Analisar a inserção urbana do PMCMV em Campina Grande, através da avaliação do Residencial Vila Nova da Rainha II, III) Verificar se o Residencial Vila Nova da Rainha II atende as necessidades habitacionais de acordo com orientações internacionais estabelecidas para a efetivação do direito à moradia adequada.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano,. Garantimos que esta é uma pesquisa acadêmica, não tem vinculação com governos e que não há qualquer risco para o participante da pesquisa e que seu nome será mantido em sigilo preservado o anonimato do entrevistado em qualquer sistematização deste trabalho. Assim, solicito sua permissão para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicar em revista científica (se for o caso). O(s) pesquisador(es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento

Assinatura do participante da pesquisa ou
responsável legal

Assinatura do pesquisador participante

Campina Grande, ___/___/____

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DO CONDOMÍNIO VILA NOVA DA RAINHA II

2. Perfil socioeconômico dos moradores

	NOME DO MORADOR	POSIÇÃO FAMILIAR	SEXO	FAIXA ETÁRIA	OCUPAÇÃO	RENDA (SM)	ESTADO CIVIL	FREQUENTA A ESCOLA?	ESCOLARIDADE
1									
2									
3									
4									
5									
6									

LEGENDA:

POSIÇÃO FAMILIAR	SEXO	F. ETÁRIA	OCUPAÇÃO	RENDA (SM)	ESTADO CIVIL	ESTUDA?	ESCOLARIDADE
1. Chefe	M: Masculino	A: 0 – 11	1. Desempregado	A: [0 ; 1)	1. Solteiro(a)	S: Sim	1. Pré-escola
2. Cônjuge	F: Feminino	B: 12 – 17	2. Assalariado	B: [1 ; 1,5]	2. Casado(a)	N: Não	2. Fundamental Incompleto
3. Filho		C: 18 – 29	3. Carteira Assinada	C: (1,5 ; 2]	3. União estável		3. Fundamental Completo
4. Enteado		D: 30 – 59	4. Autônomo	D: (2 ; 3]	4. Divorciado(a)		4. Ensino Médio Incompleto
5. Neto		E: 60+	5. Idade insuficiente	E: 3+	5. Separado(a)		5. Ensino Médio Completo
6. Pai/Mãe			6. Dona de casa	X: Sem renda	informalmente		6. Ensino Superior Incompleto
7. Sogro(a)					6. Viúvo(a)		7. Ensino Superior Completo
8. Irmão			7. Trabalhador eventual				8. Pós-graduação
9. Agregado			8. Aposentado pensionista		7. Outro:		9. Técnico
10. República de estudantes			9. Beneficiário do B. Família				10. Não respondeu
			10. Estagiário ou bolsista				X. Nenhum
			11. Estudante				
			12. Servidor Público				
			13. Cargo Pub. Comissionado				
			14. Outro				
			15. Não sabe				
			16. Não respondeu				
			X: Não se aplica				

3. Deslocamentos

NOME DO MORADOR	LOCAL DE TRABALHO (CONSIDERAR PRINCIPAL)	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAR-SE AO	TEMPO PARA SE DESLOCAR ATÉ O TRABALHO	DISTÂNCIA AO TRABALHO EM RELAÇÃO À MORADIA ANTERIOR	LOCAL DE ESTUDO	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA DESLOCAR-SE AO ESTUDO	TEMPO PARA SE DESLOCAR ATÉ O ESTUDO	DISTÂNCIA AO ESTUDO EM RELAÇÃO À MORADIA ANTERIOR	TEMPO DE DESLOCAMENTO AO PONTO DE ÔNIBUS MAIS PRÓXIMO

O transporte público necessita de ampliação? [] Sim [] Não

LEGENDA

LOCAL DE TRABALHO/ESTUDO	MEIO DE TRANSPORTE	TEMPO DE DESLOCAMENTO	DISTÂNCIA
1: Na comunidade	A: Ônibus	1: até 15 minutos	A: Menor que antes
2: No bairro	B: Alternativo	2: de 15 a 30 minutos	B: Maior que antes
3: Em Campina	C: Táxi	3: de 30 a 1 hora	C: Mesma coisa
4: Outra cidade da PB (esp.)	D: Moto-táxi	4: mais de 1 hora	X: Não se aplica
5: Outro estado (esp.)	E: Carro	X: Não se aplica	
6: Em casa	F: Motocicleta		
X: Não se aplica	G: Bicicleta		
	H: A pé		
	X: Não se aplica		

4. Qual o tempo de residência na moradia atual? 1. Há menos de um ano 2. Entre um e três anos 3. De três a cinco anos 4. Mais de cinco anos		5. A sua moradia anterior era: 1. Própria 2. Alugada 3. Cedida 4. Outra. Qual?		6. A sua moradia anterior estava localizada em área de risco? 1. Sim 2. Não			
7. Quanto tempo residiu na moradia anterior? 1. Menos de 1 ano 2. De 1 a 2 anos 3. De 2 a 5 anos 4. De 5 a 10 anos 5. Acima de 10 anos	7.1 Localização da moradia anterior: 1. Na comunidade 2. No bairro 3. Em CG; Bairro _____ 4. Na PB; Cidade _____ 5. Em outro estado _____	8. Quais foram os motivos de mudança da moradia anterior para o atual? 9. O Sr.(a) prefere morar: 1. Na moradia atual 2. Na moradia anterior Por quê?		10. O Sr.(a) teve alguma destas dificuldades no acesso para conseguir o imóvel? (RM) <i>(leia as alternativas) (só para o primeiro morador)</i> 1. Muita documentação 2. Comprovação de renda 3. Tempo de espera desde o cadastro até a entrega da casa 4. Outros. Qual? 5. Não tive dificuldades			
11. Comparação de gastos depois da mudança							
	Gastava antes?		Agora gasta?		O valor (PARA QUEM RESPONDER SIM/SIM)		
	Sim	Não	Sim	Não	Aumentou	Ficou Igual	Diminuiu
Aluguel							
Prestação							
Condomínio							
Luz							
Água							
Gás							
Tel./Internet/Tv a cabo							
Outros (Ex: IPTU)							
12. O Sr. (a) tem conhecimento de regras de convivência existentes no condomínio? 1. Sim 2. Não 12.1 (Se afirmativo) O Sr.(a) poderia me informar como foram feitas essas regras? 1. Definidas coletivamente em assembleias ou reuniões 2. Estabelecidas pela prefeitura/ Cohab / CAIXA 3. Partes definidas coletivamente em assembleias e partes estabelecidas pela prefeitura 4. Estabelecidas pela empresa contratada para o trabalho social 5. Não sei			13. O apartamento/casa novo apresentou alguns desses problemas? (Resposta Múltipla) <i>(leia as alternativas)</i> 1. Umidade 7. Barulho (Ruídos) 2. Rachaduras 8. Serviços de telefonia/internet 3. Vazamentos 9. Abastecimento de água 4. Frio 10. Outro (especificar) 5. Calor 11. Nenhum 6. Rede elétrica		14. Qual foi a forma de acesso a atual moradia? (leia as alternativas) 1. Reassentamento 2. Sorteio/cadastro no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) 3. Indicação por entidades ou movimentos cadastrados 4. Outra forma. Qual?		
15. Existe algum tipo de organização no condomínio, conjunto ou na proximidade? (leia as alternativas)							
	Tem			Participa			
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
1. Associação de moradores							
2. Conselho gestor do Condomínio							
3. Organização cultural							
4. Organização esportiva							
5. Cooperativas							
6. Movimentos sociais (grupos de reivindicação)							
7. Organização religiosa							
8. Grupos autônomos de interesse (mulher/jovem/ idoso)							

16. Quando o (a) Sr.(a) necessita de ajuda (ou em caso de emergência), que pessoas ou organizações costuma procurar? Indique onde estão situadas(RM):		
Quem procura:	Onde estão situadas:	
1. Algum parente	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
2. Algum (a) vizinho (a)	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
3. Algum (a) amigo (a)	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
4. Associação/ Movimento	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
5. Igreja	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
6. Instituição Pública	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
7. Outro. Especificar: _____	1. No Condomínio 3. No bairro anterior	2. No bairro atual 4. Outro município 5. Outro bairro
17. Comparando com sua moradia anterior o(a) Sr.(a) diria que o tamanho da moradia atual: (Leia as alternativas) 1. Aumentou 2. Diminuiu 3. Está igual	18. O tamanho do apartamento/casa atual é adequado ao tamanho da família? 1. Sim. Por quê? 2. Não. Por quê?	19. Na sua avaliação o apartamento/casa é bem distribuído? (planta) 1. Sim. Por quê? 2. Não. Por quê?
20. Sr.(a) sente falta de algum ambiente/espço que tinha na moradia anterior? 1. Sim. Qual(ais)? 2. Não	21. O Sr. (a) e sua família utilizam comércio e serviços em qual destes locais? (RM)(leia as alternativas) 1. No condomínio 2. No bairro do condomínio 3. Em outro bairro deste município 4. Outro município	22. O que o Sr.(a) gostaria que tivesse no conjunto habitacional?
23. O Sr.(a) ou sua família já recorreu a alguém para reclamar deste condomínio? 1. Sim 2. Não <i>(Se afirmativo) A quem recorreu?(RM)</i> 1. Síndico 2. Prefeitura 3. CAIXA 4. COHAB 5. Associação de moradores 6. Ouvidoria municipal ou defensoria pública (Polis) 7. Construtora 8. Outros	23.1 (Se a anterior foi afirmativo) Qual o motivo de sua reclamação?(RM) 1. Problemas na construção 2. Problemas de vizinhança 3. Problemas com pagamentos de: condomínio, água e luz 4. Outro	24. Na sua avaliação esse Condomínio é violento/perigoso? 1. Sim 2. Não 25. O Sr.(a) considera que aqui é mais violento/perigoso que sua moradia anterior? 1. Sim 2. Não
26. Em algum momento o Sr.(a) pensou em mudar deste condomínio? 1. Sim 2. Não 26.1. (Se afirmativa), qual o motivo (RM): 1. Falta de condições de pagamento da prestação e das contas de condomínio, água e de luz 2. Problemas familiares 3. Distância dos locais de trabalhos 4. Tamanho do apartamento/casa 5. Problema com a vizinhança 6. Problema de transporte 7. Problemas de segurança e violência <i>(para quem responder a alternativa 7, faça a pergunta 7.1)</i> 7.1. Dê um exemplo		

27. Os seguintes serviços públicos estão próximos (até 15 minutos a pé) de onde você mora? Caso exista o serviço, alguém se sua família utiliza? (leia as alternativas)					
Serviços	Existência de Serviços			Se afirmativo	
	Sim	Não	Não Sabe	Utiliza	Não utiliza
1. UBS / Posto de Saúde					
2. Creche					
3. Escola pública infantil					
4. Escola do ensino fundamental					
5. Delegacia/ Posto de polícia comunitária					
28. O seu bairro e/ou região é atendido pelos seguintes serviços públicos? (leia as alternativas)					
Serviços	Existência de Serviços			Se afirmativo	
	Sim	Não	Não Sabe	Utiliza	Não Utiliza
1. Hospital/Pronto Socorro					
2. Escola pública de ensino médio					
3. Conselho Tutelar					
4. Centro de Referência da Assistência Social - CRAS					
5. Clube esportivo					
6. Casa de cultura					
7. Telecentro					
8. Biblioteca pública					
29. Comparando com a sua moradia anterior os serviços, melhoraram, pioram ou está igual? (leia as alternativas)					
Serviços	Melhorou	Piorou	Igual		
1. Fornecimento de água					
2. Rede de esgoto					
3. Fornecimento de energia elétrica					
4. Coleta de lixo					
5. Transporte público					
6. Pavimentação					
7. Iluminação pública					
8. Correios					
9. Telefone público					
10. Acesso de veículos					
11. Acesso de pedestres (calçada)					
12. Acesso a serviços e equipamentos sociais					
13. Acesso aos locais de comércio					
14. Acesso ao trabalho					
30. Você frequenta praças, parques ou outras áreas verdes próximas ao condomínio?			31. Gostaria que tivesse mais áreas verdes?		
1. Não 2. Sim Quais?			1. Não 2. Sim		
32. Qual o tempo aproximado de espera do transporte coletivo? (RM)					
1. Até cinco minutos 2. Entre cinco e 15 minutos 3. De 15 a 30 minutos 4. De 30 minutos à uma hora 5. Mais de uma hora 6. Não sabe					
33. Participa de algum programa de transferência de renda? (RM)					
1. Não 2. Bolsa Família 3. PETI 4. Outros. Qual?					
34. Do que o Sr.(a) mais gosta aqui no Condomínio? (máximo 3)			35. O que o Sr.(a) menos gosta aqui no Condomínio? (máximo 3)		